

Camilo e a Ponte de Cavês

I — AS PASSAGENS DO TÂMEGA

Sempre que atravesso esta ponte sobre o Tâmega — e não são poucas as vezes que por lá passo — rememoro mentalmente o propósito de reunir num pequeno estudo os numerosos elementos que conheço e possuo acerca dela, ou com ela relacionados. Porque já há mais de sete séculos que a sua sólida fundação simultâneamente separa e une o Minho e Trás-os-Montes.

Todavia, os transeuntes ou viajantes descuidados que por lá passam na carreira vertiginosa da viação automóvel, mal reparam nos seus sólidos e potentes talhamares, os quais são aliás a única parte do todo que permanece imutável desde a remota era medieval em que a piedade, as virtudes e a energia inquebrantável dum monge dominicano a fez erguer.

Porque tempos houve em que no decurso de cerca de cem quilómetros do curso português deste rio, não havia uma única ponte que facilitasse a passagem aos viandantes ou às mercadorias e bagagens por eles transportadas.

Deste modo era mister passá-lo a vau, a nado ou de barco, o que nem sempre era empresa fácil.

Quebrou este isolamento a romana «*Aquae Flaviae*», ou moderna Chaves, quando no dealbar do segundo século da nossa era, ergueu a sua imponente ponte de dezasseis arcos de volta redonda, dedicada ao Imperador Trajano, então reinante, pelas dez tribos circunvizinhas que a estipendiaram.

Foi, porém, necessário passarem mais de mil anos para que, na segunda metade do século XII, a piedade religiosa da caritativa rainha D. Mafalda, esposa de D. Afonso Henriques, mandasse construir outra em Canavezes, aonde, contudo, parece ter havido uma anterior e mais rudimentar, que então estava em ruínas. Presentemente nova e moderna ponte substituiu aquela que datava da era afonsina.

Mas de Chaves a Canavezes medeia quase todo o curso nacional do rio Tâmega e distam bem cerca de oitenta quilómetros.

Hoje em dia não se abarca totalmente o transtorno e o desconforto de tal situação, não só porque a viação é imensamente mais rápida, como também, e tanto quanto sei, só para o trânsito rodoviário existem oito pontes sobre o curso do rio Tâmega, a saber: duas em Chaves; uma em Ribeira de Pena, construída na década de cinquenta; a de Cavês, da qual agora queremos tratar; a de Mondim, datando de 1882; mais duas em Amarante e a já citada de Canavezes. Mas, no alvorecer do século XIII, tal situação devia ser explosiva e intolerável, sobretudo com o aumento da vida económica e social, dada a intensificação das trocas comerciais e as constantes deslocações de feirantes e de peregrinos. Isto explica as duas tentativas, mais ou menos coevas, de Cavês e de Amarante. Ambas elas foram devidas a dois frades dominicanos e coroadas de pleno êxito.

Curiosa é também a rapidez verdadeiramente impressionante e extraordinária com que a Ordem dos Pregadores, fundada pelo castelhano S. Domingos de Gusmão (1170-1221) se expandiu em Portugal ainda em sua vida.

Sucedeu isto a tal ponto que tendo sido a nova Ordem monástica aprovada pelo Papa Honório III em Dezembro de 1216, já no ano seguinte um dos seus discípulos, o português Frei Soeiro Gomes, fazia sentir a sua influência na Corte. E dentro de meses fundou o primeiro convento da nova comunidade na serra de Montejunto, a par de Alenquer.

Ê que franciscanos e dominicanos, as duas ordens chamadas mendicantes, fazendo votos de pobreza, trajando como «arraia miúda», à ou comum povo, e vivendo no meio dele, foram os verdadeiros missionários do último período medieval e os poderosos fautores das notáveis transformações sociais então operadas.

2 — S. GONÇALO E A PONTE DE AMARANTE

Exposta deste modo a situação existente em Portugal naquela época já bem distante, vejamos agora como nas margens do Tâmega os dois frades pregadores lograram os seus bem iluminados intentos.

Comecemos porém pelo caso de S. Gonçalo de Amarante, que é o mais conhecido, embora, em nosso entender, a factura da ponte de Cavês tivesse precedido a da futura vila amarantina.

Era ele natural de Arriconha, freguesia de Tagilde, próximo das Caldas de Vizela, em pleno e minhoto município de Guimarães.

Filho de pais nobres, seguiu a sua dominadora vocação sacerdotal e foi pároco de S. Paio de Riba-Vizela. Mas, em dada altura, desejando visitar Roma e os Lugares Santos, entregou o seu munus a um sobrinho e foi peregrinar por esse mundo além, demorando-se lá por largo tempo.

Quando regressou, envelhecido pelos trabalhos e privações da sua longa viagem, com as vestes despedaçadas e o rosto macerado, o sobrinho, mau e egoísta, não só o não quis reconhecer como até o expulsou e espancou barbaramente, açoitando-lhe depois os cães que o fizeram fugir apressadamente para longe da sua antiga paróquia.

Foi pregando o Evangelho por montes e vales, até chegar às imediações da moderna Amarante, então incultas e des povoadas.

Parecendo-lhe tal lugar um local sumamente próprio para levar vida contemplativa, construiu uma ermida nas margens do Tâmega, que dedicou à Santíssima Virgem, pela qual tinha a maior devoção.

A oração e a penitência absorviam a maior parte do seu tempo, mas também se dedicava à pregação entre os povos das redondezas.

Até que por indicação da Santa Mãe de Deus, que lhe apparecera após ele ter passado, por penitência, uma quaresma inteira a pão e água, foi fazer o seu noviciado e a sua profissão solene ao Convento de S. Domingos de Guimarães. Depois, o novo dominicano pediu licença ao seu prior, Frei Gonçalves Telmo, para voltar, com um companheiro, ao seu eremitério de Amarante, com o evangélico propósito de prosseguir na pregação que iniciara.

Ora o primeiro e mais importante objectivo social dessa empresa era nem mais nem menos do que o da construção duma ponte sobre o Tâmega, porque o santo tinha observado bastas vezes os grandes perigos que corriam os viandantes e os peregrinos durante a maior parte do ano, devido ao vultoso e

impetuoso caudal do rio, o qual frequentemente voltava as barcas de passagem, provocando muitos afogamentos de pessoas e de animais, além da perda de numerosas e valiosas mercadorias.

Conseguiu afinal tão difícil intento invocando, primeiro, o auxílio celeste e iniciando, depois, a sua inspirada e veemente pregação pelas cercanias e até por longes terras, e esmolando ao mesmo tempo, porqueurgia pagar aos numerosos operários que erguiam a obra.

Assim se foi construindo a almejada ponte, um pouco com os donativos da terra e outro tanto, ou mais, com os prodígios do céu.

Porque não faltaram bastos milagres a atestar exuberantemente a protecção divina dispensada àquela obra de eminente solidariedade social.

Primeiro, foi o do cardume de peixes que acorriam ao seu chamamento e serviam para alimentar os artífices. Depois, foi o do vinho que brotou inusitadamente duma dura rocha, para dessedentar o pessoal. Aconteceu também o caso assombroso daquela monumental e pesada pedra que, imóvel ante os desesperados esforços de muitos e possantes braços, se moveu sozinha, apenas com o leve impulso de uma das mãos do tau-maturgo!

Finalmente houve também o caso singular dos toiros bravos de D. Loba, dados para o serviço da ponte e que o santo amansou com uma única palavra!...

É claro que nesta nossa época contemporânea, radicalmente racionalista, tudo isto parece incrível e grosseiramente mentiroso, sobretudo porque não se acredita no sobrenatural.

Mas naquela meia idade, maravilhosamente crente, não tardou que uma auréola de prodígio rodeasse a cabeça e a dinâmica acção do iluminado S. Gonçalo de Amarante!...

Eis como um ilustre investigador amarantino, o dr. Albano Sardoeira, descreve num seu trabalho intitulado a «Antiga Ponte Fortificada de Amarante»⁽¹⁾ a gesta deste santo: «É muito conhecida e cheia de encanto a lenda que remove todas as dificuldades que o bondoso santo encontrou quando, por meados do século XIII, andava a construir a sua ponte em

(1) Porto, 1956 — separata do Boletim «Douro Litoral», sétima série, número IX, págs. 18 e 19.

Amarante, num local aonde se davam frequentes desastres na travessia do rio.

Nesse tempo, como de resto em toda a Idade Média, quer em Portugal, quer entre os outros países da Europa, era manifestação piedosa a construção de pontes. Havia necessidade de facilitar o trânsito e permitir uma passagem acessível aos peregrinos para os famosos santuários que os fiéis frequentavam em elevado número».

Depois, o dr. Albano Sardoeira transcreve uma autorizada opinião de outro autor português, o dr. Fernando da Silva Correia, inserta no seu estudo «Origens e Formação das Misericórdias Portuguesas» ⁽²⁾, tendente a reforçar e demonstrar a sua tese já exposta: «Organizaram-se então verdadeiras campanhas a favor da construção de pontes. As indulgências para quem custeasse essa construção eram grandes. Mas a maior parte delas foi feita à custa de milhares de esmolas que ocorriam de todo a parte, em virtude das indulgências também concedidas a quem desse o seu óbulo, por pequeno que fosse.

A tradição honrosa de as construir vinha, de resto, dos primeiros tempos de Roma, ligada à própria palavra pontífice, que deriva de 'pontem facere'.

O interesse pela construção de pontes levou na Idade Média à formação de verdadeiras comunidades religiosas, como a dos 'hospitaleiros pontífices' ou 'pontistas', que tomavam a seu cargo essa missão, formadas por irmãos, verdadeiros e competentes architectos, engenheiros e operários, vivendo em comunidade e fazendo voto de pobreza, celibato e isolamento, dedicando-se não só à construção de pontes como à de diques e caminhos, e à instituição de barcas para a passagem de rios, garantindo a conservação das obras por meio de pequenas importâncias que os que passavam pagavam de portagem».

Aventa depois a hipótese de S. Gonçalo, durante a sua longa peregrinação de catorze anos pela Itália e pelos Lugares Santos, ter contactado com grandes mestres de architectura e ter-se instruído nesta arte, como explicação cabal de se ter abalançado a obra tão importante.

Diz-nos mais que Cirilo Wolkmar Machado e o Conde de Raczynski incluíram S. Gonçalo entre os architectos portu-

(2) Lisboa, 1944, pág. 145.

gueses do século XIII, ao tratarem do assunto nas suas respectivas obras.

Diremos nós ainda que a ponte que S. Gonçalo ergueu, ou reconstruiu em meados do século XIII desmoronou-se no dia 10 de Fevereiro de 1763, dando lugar vinte e oito anos mais tarde a nova ponte, graças aos porfiados esforços dispendidos pelo então corregedor da comarca de Penafiel, dr. Caetano José da Rocha e Mello. Começada a construir em 5 de Outubro de 1782, foi inaugurada em 1791, sendo seu architecto Francisco Thomaz da Costa, da freguesia de Adaúfe, termo da cidade de Braga, como ainda hoje consta de uma inscrição existente numa das guardas da mencionada ponte. Foi, portanto, já nela que em 1809 o general Silveira resistiu aos franceses durante cerca de quinze dias, barrando deste modo o caminho da retirada para a Galiza ao exército do marechal Soult.

Finalmente, quanto à data certa do começo da construção da ponte de S. Gonçalo, há apenas a tradição de que foi no ano de 1247 e que a sua factura durou trinta meses.

A mesma incerteza reina quanto à data da morte do santo, opinando uns que ela se deu em 1259 e afirmando outros que ela ocorreu em 1268.

Em sua honra fundou D. João III, em 1540, o actual Mosteiro de S. Gonçalo de Amarante, tendo o seu patrono sido beatificado pelo papa Pio IV em 16 de Setembro de 1561.

3 — FREI LOURENÇO MENDES

Mas, perguntará agora o leitor entre perplexo e admirado, a que vêm tantos dados acerca da medieval ponte de Amarante e do seu egrégio fundador, se apenas da de Cavês se deve aqui tratar?

Muito simplesmente porque esta última foi feita um pouco antes e em circunstâncias muito parecidas, ou análogas.

Este facto nos oferece portanto um termo de comparação que nos é precioso, tanto mais que, quanto à de Cavês, escasseiam os dados e os pormenores da sua fundação.

Na verdade foi um outro monge dominicano que concebeu a sua factura, e a fez erguer.

Chamava-se ele Frei Lourenço Mendes, morreu em cheiro de santidade e creio que o seu túmulo ainda hoje se conserva

na Igreja de S. Domingos existente no já aludido berço da monarquia portuguesa.

Porém, muito difícil me seria hoje averiguar os seus principais traços biográficos se não fôra um resumo deles que meu saudoso Pai me legou, num simples apontamento lançado numa meia folha de papel almaço. Devo ainda esclarecer que ignoro completamente aonde meu Pai os foi descobrir e copiar, isto apesar de me ter dado ao trabalho de os procurar em numerosos nobiliários que possuo e ainda em alguns agiológicos. Seja porém como for, o essencial da sua edificante vida terrena está expresso naquele singelo apontamento, a que aludi.

Vamos, portanto, trasladar para aqui o essencial do que nele se encontra exarado.

Assim, Lourenço Mendes era filho de Pero Martim de Chacim, pagem da lança de el-rei D. Afonso II, o Gordo, nas suas famosas contendidas com suas irmãs, as Senhoras Infantas, e de sua mulher, Dona Maria Mendes Petite, oriunda do preclaro solar de Goldrães, a nossa contemporânea e actual Gondiaes. Ambos os cônjuges, seus progenitores, pertenciam à mais esclarecida e antiga nobreza afonsina.

Nasceu Lourenço no paterno solar de Villa Sécca, que é como quem diz na povoação hoje denominada Vilar de Cunhas. Foi sempre menino airoso e galante e, mais tarde, com o correr dos anos, tornou-se destro e sabido em traças, forças e ardis. Mas julgo melhor, nesta altura deste sucinto perfil, transcrever os expressos dizeres que meu Pai apressadamente lançou no já aludido apontamento e que manifestamente se destinavam a traçar uma «Milagrosa Vida do Bemaventurado Frei Lourenço Mendes», visto ser este o rigoroso título do sumário que estamos exarando: «Sua predilecção por sua irmã Iria. Seus passatempos e galhofas de moço fidalgo: esgrimidor de fino e hábil pulso; bom monteiro de rio e monte; tocador de trovas de donear e bailador de requetrado garbo. Lourenço cavalleiro d'honra vai pelejar contra o mouro infiel: mostra seus dotes de valente e esforçado christão em rudes combates. Visita em Alemquer o venerável D. Frey Sueiro Gomes, prior dos Dominicanos, primo de seu pai. Regresso a Villa Sécca. Visita com Iria o solar de Caçus e nelle reconhece Dulce Barroso, sua companheira d'infância, filha do senhor de Reboredo e de Pedraça. Amores, enlevos, sonhos de ventura. Sancho-o-Capelo visita Chaves e em jornada de preitezia e

menagem os senhores de Caçus e de Villa Sécca o demandam. Almoço em Fonte Fria. Passagem do Tâmega: a catastrophe; morte de Dulce e de Pedro Martins. Dôr ingente de Lourenço, seu desânimo. Vida solitária. A ermida de Santa Senhorinha em Cunhas. A visão de Lourenço, o voto, sua romagem a Coimbra e profissão na Ordem dos Dominicanos».

E aqui estão linearmente expressos os sucintos factos e as condições peculiares que levaram Frei Lourenço Mendes à vida monástica.

Lástima foi que meu Pai, com o seu inexcedível conhecimento da época e dos mínimos pormenores da vida social de Basto e de Barroso naqueles recuados tempos, não tivesse redigido a curiosa e reveladora novela histórica que certamente tencionava escrever.

Ainda assim o seu elucidativo sumário, que temos vindo a transcrever, é algo expressivo dos dramáticos lances da biografia de Frei Lourenço Mendes. Ora ele possui ainda uma segunda parte, a qual não somente a completa como também nos fornece alguns curiosíssimos pormenores acerca da fundação e da construção da ponte de Cavês.

Por isso vamos prosseguir com a sua transcrição: «O convento de S. Domingos de Guimarães. O monge santo. Prédicas e milagres. A grande obra. Prodígios durante ella obrados: a ressurreição do alvanel. As fontes miraculosas; pescarias divinas; os obreiros misteriosos; Martim Marra e Esteveanes; etc. Esta he a Ponte de Cavez hu jaz quem a fez. A capella d'Airosa. Período meditatório; recrudescimento da fé praticante. O grande milagre de Chaves. A entrega das relíquias ao convento de S. Domingos. Beatificação. Morte. Conclusão. Notas».

Claro que da vida secular do Bemaventurado Frei Lourenço Mendes nada mais sei que complete, ou pormenorise, a esquemática visão que dela me legou meu Pai. Outro tanto não direi já da sua parte religiosa, após a sua profissão no convento de S. Domingos de Guimarães, porque existe outra fonte de informação.

Encontra-se ela no livro «Memórias Ressuscitadas da Antiga Guimarães», escritas em 1692 pelo padre Torquato Peixoto d'Azevedo e publicadas no Porto em 1845.

Ora neste volume, ao fazer-se a descrição da igreja do mosteiro de S. Domingos da dita cidade, lê-se em dada altura:

«Encostada à parede que divide a capella-mor da da Senhora das Neves, se pôz um altar de pedra dourado e pintado, de S. Thomaz, que fundou a capella o licenciado Manuel Barbosa, e tem além da imagem do Santo um túmulo em que estão os ossos do beato Lourenço Mendes, com título que diz: — *Hic sunt ossa Laurenti Mendes Beati*» (3).

Continuando com a descrição da igreja de S. Domingos de Guimarães, diz-nos o autor um pouco mais adiante que: «Tem a sacristia deste mosteiro um santuário com muitas relíquias, e um Santo Lenho, e para dizermos o modo com que aqui vieram estas relíquias, é necessário a seguinte digressão: Sendo Frei Lourenço Mendes, religioso nelle, para o qual entrou de maior idade, para servir a Deus com suas virtudes, e pregação, o Senhor obrava por elle muitos milagres: entrou no desígnio de fazer a ponte de Cavez no rio Tamega, com as esmolas que pedia: fundando-a no lugar que divide o Minho de Traz-os-Montes, e andando os officiaes no trabalho cahio um no rio e morreu, lastimados os companheiros acudiu Fr. Lourenço aos gritos, e chegando ao rio o tocou com o seu bordão, e o mandou levantar, o que elle fez, restituído a seu sentidos. Não foi este só o milagre em que os pedreiros, e trabalhadores admiraram sua virtude, porque algumas vezes faltando-lhe o sustento acudiram a elle, e então tocando o rio com o seu bordão acudia tanto peixe, que os officiaes faziam escolha do melhor para socorro da sua necessidade, e o mesmo sucedia na falta dos outros viveres: pois tirava o vinho e todos os mais liquidos da agoa de duas fontes que corriam junto do rio, na provincia de Traz-os-Montes» (4).

Como se vê, trata-se da antecipação dos mesmos prodígios, ou semelhantes, que um pouco mais tarde se verificaram na formação da miraculosa lenda de S. Gonçalo de Amarante.

Conta depois minuciosamente o padre Torquato Peixoto de Azevedo a história da origem do Santo Lenho conservado na sacristia da igreja de S. Domingos de Guimarães.

Sucintamente diz que, uma quaresma, pregando Frei Lourenço Mendes, em Chaves, e estando certo dia a conversar com um seu familiar na extensa e descampada veiga que lhe fica suburbana, se acercou dele um anjo em figura de homem e lhe

(3) *Obr. cit.* pág. 337.

(4) *Ibid.*, págs. 338 e 339.

confiou uma pequena arca com relíquias, entre as quais uma do Santo Lenho, dizendo-lhe também ser vontade de Deus que as mesmas fossem guardadas no mosteiro de S. Domingos de Guimarães.

Por fim o padre Torquato termina as suas referências ao taumaturgo de Cavês, declarando que: «Morreu o dito Fr. Lourenço Mendes neste convento onde foi sepultado, e depois seus ossos foram metidos na parede entre os altares de Nossa Senhora do Rozario e de Santa Catharina pelo padre Fr. João de Braga em 1413, aonde fez milagres: depois o mandou tirar o jurisconsulto Manuel Barboza, pae de Agostinho Barboza, e o colocou na sua capella de S. Thomaz, aonde está venerado em um tumulo de pedra» (5).

Quanto ao período em que decorreu a construção da ponte parece que ele se desenrolou entre 1225 e 1240, isto segundo uma outra nota que meu Pai me legou, mas ignoro totalmente em que documento ele se fundou para apresentar tais dados.

Neste mesmo apontamento afirma-se ainda que, apesar de todas as pregações de Frei Lourenço Mendes, e de, em consequência delas, ter angariado valiosos donativos e ter levado o povo a, por vezes, trabalhar de graça no seu erguimento, houve uma altura na qual esgotados os recursos recebidos e estancados os voluntários auxílios das populações de em torno, a obra ficou inacabada durante um certo tempo.

E compreende-se facilmente que assim tivesse sido, porque a magnitude do empreendimento superava grandemente a pequenez dos recursos locais, quer em capitais, quer em técnica, quer ainda em trabalho braçal. Valeu-lhe neste transe a magnificência régia de D. Sancho II, porque este monarca, numa das suas jornadas a Trás-os-Montes, lhe proporcionou valioso auxílio para o acabamento da obra, não só já encetada, como vultuosa.

4 — O HOSPITAL DE S. BARTOLOMEU DE CAVÊS

Que este régio donativo foi ainda suficiente para Frei Lourenço Mendes poder também subsidiar o já existente hospital de S. Bartolomeu de Cavês: «que depois pertenceu aos Hospitalários e cujo padroado veio à posse de Nun'Álvares por sua

(5) Ibid., pág. 340.



S. Bartolomeu

da Ponte de Cavéz

*Registo de S. Bartolomeu (que se vendia na Romaria
há cerca de meio século)*



«O Santo de bom tamanho e de pedra...» (Camilo, in *Noites de Lamego*, 3.^a edição, pág. 171). Nicho ainda hoje existente sobre a porta da Capela de S. Bartolomeu

mulher Dona Leonor de Alvim, Rica-Dona de Pedraça, tendo passado mais tarde para a família Pereira Marramaque, da Casa da Taipa».

Estas últimas considerações transcritas do já citado apontamento de meu Pai, sei eu onde ele as foi buscar, pois encontram-se no «Archivo Heráldico-Genealógico» do Visconde de Sanches de Baena, no suplemento das Cartas de Brazões d'Armas, cujas cópias, ou registos, existem entre os manuscritos da Biblioteca de Évora, um braço de armas concedido a Alberto Leite Pereira, no qual se pode ler textualmente: «Seu sétimo avô Álvaro Gonçalves Pereira era senhor dos direitos reais do Arco de Baúlhe, do préstimo de Calvos, das quintas de Vilar e da Taipa e do hospital de S. Bartolomeu de Cavez, tudo no concelho de Cabeceiras de Basto, e filho de João Gonçalves de Basto, alferes-mor do grande condestável D. Nuno Álvares Pereira e seu meirinho-mor de todas as terras de que era senhor nas províncias de Traz-os-Montes e Minho, a quem o mesmo condestável, em prémio dos grandes serviços que em sua companhia tinha feito a este reino na guerra contra os castelhanos, deu, estando em Campo-Maior, as quintas do Vilar e da Taipa, o préstimo de Calvos e o hospital de S. Bartolomeu de Cavez, e os direitos reais do Arco de Baúlhe e casou com sua meia-irmã D. Ana ou D. Maria Pereira de quem ao diante se falará» (6).

Fica deste modo devidamente documentada a existência, junto à ponte de Cavês, do hospital de S. Bartolomeu, ao qual nos tornaremos a referir.

Acrescenta ainda meu Pai que: «A ponte de Cavez faz hoje parte da estrada que segue do Arco de Baúlhe para Vila Pouca de Aguiar e a sua parte superior foi completamente modificada por ocasião da abertura dessa estrada. Desapareceu o túmulo que existia à sua entrada e que a tradição dizia conter os restos mortaes do alvanel chefe da obra da sua construção e que, dizem, tinha a seguinte inscrição: «Esta he a ponte de Cavez, Hu Jaz Quem A Fez». A meio da ponte, que era ameaçada, havia um padrão, ou «Moimento», que tinha as armas do Reino e onde anteriormente tinham estado esculpidas as de Cristóvão de Moura, Marquês de Castelo-Rodrigo e senhor do concelho de Cabeceiras de Basto, a quem sucedeu seu filho, o 2.º marquês

(6) Lisboa, 1872, pág. 601 — Códice CXVII/2-16.

do mesmo título, e que foram destruídas em 8 de Dezembro de 1640, pelos Capitães-Mores de Ribeira de Pena e Cabeceiras, como protesto contra a odiosa memória daquele agente de Filipe o Prudente, em 1580» (7).

Terminada esta última transcrição, vamos agora analisar e explicar as afirmações nelas expresas, a começar pela comprovada existência do hospital ou albergaria de S. Bartolomeu de Cavês, ignorando nós se a sua instituição seria coeva ou pouco anterior à meritória actuação desenvolvida em tais paragens por Frei Lourenço Mendes.

Dizemos isto porque qualquer pessoa medianamente versada nestes assuntos não ignora que os dois grandes males sociais da Idade Média, quanto à saúde e à sobrevivência das populações, foram a peste e a lepra, tal qual como a tuberculose o foi até há três ou quatro décadas e o cancro ainda o é hoje.

Não vem agora para aqui indagar as diversas causas de tão grandes calamidades públicas, as quais se filiavam principalmente nas carências e nos desequilíbrios alimentares da humanidade nesse longo período histórico, e sobretudo na existência de condições sanitárias colectivas e privadas verdadeiramente deploráveis. Bastará, portanto, reter apenas a noção basilar de que por peste se designava um conjunto de epidemias e de endemias que iam da peste, propriamente dita, à cólera, ao tifo exantemático, às gripes e demais doenças infecciosas, não esquecendo os surtos epidémicos de varíola, tifóides, paratifóides e desinterias, além de várias outras.

Mesmo quando floresceram as altas virtudes de Frei Lourenço Mendes, já tinham assolado o Reino dois surtos memoráveis de peste, os de 1188 e 1202, e ainda estava para vir a terrível Peste Negra, de 1347 a 1350, a qual, segundo alguns cálculos, reduziu a população portuguesa de metade, ou até um terço!...

Por outro lado a lepra, por vezes também incluída na peste, era mais ou menos endémica (8). Nestas condições era natural que um pouco por toda a parte surgissem as alberga-

(7) Trecho dum pequeno estudo dactilografado, original de meu Pai, datado da Figueira da Foz, em 17 de Outubro de 1938, e em meu poder.

(8) Vidé artigo «Epidemias», in «Dicionário de História de Portugal», vol. II, págs. 62 a 64, pela Dr.^a D. Maria Emília Cordeiro Ferreira.

rias e os hospitais para tratar e curar esta multidão de infelizes enfermos.

No caso especial das gafarias, para tratamento da lepra, diz-nos o doutor Luís de Pina ⁽⁹⁾ que, segundo Viterbo, já as havia, no território que depois foi Portugal, em 1107, existindo até em Guimarães duas: uma para homens e outra para mulheres. Há até a tese dos que sustentam ter morrido de lepra o terceiro dos nossos reis, D. Afonso II, o Gordo, o qual viveu apenas trinta e oito anos (1185-1223).

5 — A ORDEM DO HOSPITAL

Por estas razões, que aliás eram comuns a todo o dilatado mundo medieval europeu, asiático e africano, é que surgiu, por volta do ano 1048, em Jerusalém, fundada por alguns mercadores italianos de Amalfi, no reino de Nápoles, sob a regra de S. Bento e com a invocação de Santa Maria Latina, uma casa religiosa inicialmente destinada à recolha dos peregrinos, mas dentro em breve transformada em hospital, com a capela própria e sob o padroado de S. João Baptista.

Foi autor desta transformação Gerardo de Martigues, apellidado de «institutor» pelo Papa Pascoal II, em 1113.

Depois, em 1130, o sucessor deste, o francês Raimundo de Puy, renovou a recente fundação monástica, tornando-se numa instituição de monges guerreiros. E assim se fundou a Ordem dos Hospitalários ou Ordem de S. João de Jerusalém, a qual foi introduzida em Portugal no último período do governo da rainha D. Teresa, provavelmente em 1128. Não vamos focar agora, aqui, os factos desta notável instituição monástica no nosso país. Bastará dizer que o seu chefe foi a começo conhecido como Prior do Hospital, título este trocado, a partir de 1340, no reinado de D. Afonso IV, pelo de Prior do Crato.

Independentemente das longas doações de terrenos e de castelos que lhe fizeram os nossos reis, a partir de 1140, por D. Afonso I, o investigador dr. Armando de Castro afirma que eles dispuseram de numerosos pequenos domínios no centro e norte de Portugal e o de S. Bartolomeu de Cavez certamente seria um deles.

⁽⁹⁾ *Obr. e vol. cit.*, págs. 315/317, in artigo «Gafarias».

Curiosamente, pela mesma época, 1232, em que o infeliz Sancho-o-Capelo dava aos Hospitalários as largas terras do Crato, subsidiava também, por intermédio de Frei Lourenço Mendes, a última fase das obras da ponte de Cavês.

Para mais, esta instituição monástica: «teve também confrades e familiares, homens e mulheres de qualquer estado, que em troca de parte ou da totalidade dos seus bens, participavam das orações e obras pias da corporação e alcançavam a protecção da ordem» (10).

Quem nos diz a nós que não foi desta comunidade de S. Bartolomeu de Cavês, inflamada pelo verbo ardente e inspirado de Frei Lourenço Mendes que saiu o núcleo inicial dos obreiros da nova ponte?

6 — HAGIOGRAFIA DE S. BARTOLOMEU

Mas a invocação do hospital de S. Bartolomeu de Cavês, merece-me ainda mais algumas considerações que reputo pertinentes e indispensáveis para o bom esclarecimento deste assunto. Na verdade só quem desconheça totalmente os dramáticos lances da hagiografia do seu santo protector é que os não poderá ligar a um facto ainda hoje observado a 24 de Agosto de cada ano, data da sua romaria.

Porque ela diz-nos que foi ele um dos doze companheiros escolhidos por Jesus para serem seus discípulos, a fim de pregarem o Evangelho por todo o orbe. Coube-lhe por sorte ser o apóstolo da Licaónia, da Albânia, das Índias e da Arménia.

Ora neste último país obrou tais prodígios no combate aos demónios e curou radicalmente uma filha do rei, que estava possessa, o que lhe valeu a conversão do monarca e da sua corte e a formação da ainda hoje forte cristandade arménia.

Isto lhe valeu ficar «ab aeterno» como taumaturgo protector dos possessos e explica cabalmente certos passos postos por Camilo nalgumas das suas obras, tema literário de que trataremos a seu tempo.

Por agora diremos apenas que é, pelo menos, verosímil que os exercícios e demais tratamentos espirituais e físicos dos e

(10) Ibid., vol. II, págs. 449/450, in artigo «Hospitalários», do dr. Rui de Abreu Torres.

das endemoninhadas da época, deveriam também ser endemia combatida no medieval hospital de S. Bartolomeu.

E que para a sua instalação em tal local não deveria ter concorrido pouco a circunstância de na margem transmontana do rio Tâmega brotar um forte manancial de águas medicinais, altamente sulfurosas.

Fez meu pai ligeiras referências a este facto, ao escrever que: «Na margem esquerda brota uma fonte de águas medicinais, que foi conhecida dos romanos, e, porventura, originou a existência do Hospital Afonsino. Lá tomam o 'Banho Santo' os romeiros de S. Bartolomeu, e dantes até eram exorcismados os possessos» (11).

7 — O PADRÃO DE CRISTOVAM DE MOURA

Pelo que se relaciona com a destruição, efectuada em 8 de Dezembro de 1640, do famoso padrão com as armas do marquês de Castelo-Rodrigo, substituídas pelas quinas do Reino, também me é possível identificar as personalidades dos Capitães-Mores de Ribeira de Pena e de Cabeceiras de Basto, os quais foram os principais fautores deste patriótico desforço.

Chamava-se, o primeiro, Agostinho de Meyrelles e Andrade, fôra Capitão-Mor de Lamas e Orelhão, antigo concelho do actual distrito de Bragança, antes de o ser de Ribeira de Pena, sendo natural da antiga Casa dos Borges, em Picanhol, e foi senhor da notabilíssima e ilustre de Senra de Baixo, pelo seu casamento, efectuado em 29 de Outubro de 1635, com a senhora e representante da aludida casa, D. Catharina de Sousa. Ambos estes solares eram sitos na freguesia de Salvador, concelho de Ribeira de Pena.

Foi o terceiro Capitão-Mor deste último, desde que o cargo fora instituído em 1572 por el-rei D. Sebastião. Posteriormente prestou bons e graciosos serviços nas Guerras da Restauração, ocupando o posto de capitão de infantaria.

Merece também ser memorado por ter promovido a formação, em Ribeira de Pena, duma Companhia de Vollantes, a qual, desde 1656 até ao final do prélio, combateu denodada-

(11) Apontamento já citado, em meu poder.

mente na fronteira de Trás-os-Montes, sob o comando do capitão Francisco Gonçalves Penha.

Enviuvando, Agostinho de Meyrelles e Andrade resignou a todos os seus cargos, ordenou-se de presbítero e fez-se ermitão no monte Alvão, edificando a todos pela sua caridade e humildade, no que mais tarde foi seguido por seu neto, João de Valladares Vieira de Meyrelles e Souza.

Foi mesmo a estas duas curiosas figuras de fidalgos penatos que Camilo foi buscar, dois séculos após, a sua inspiração para compor o último período da fantasiosa vida do seu imaginário herói de «O Santo da Montanha».

Quanto à singular e relevante personalidade do Capitão-Mor de Cabeceiras de Basto em 1640, posso igualmente esclarecer que foi: «Senhor da Casa de Bouças e fidalgo cavaleiro da Casa Real, mercê que lhe foi concedida para si e «de jure» para os seus sucessores do referido morgadio, isto por ter deixado voluntária e espontaneamente a sua Casa, a qual era de grandes bens, para se ir alistar como voluntário no exército do Minho, nos princípios de 1641, onde militou com singular valor e esforçado ânimo durante perto de catorze anos, sem levar soldo ou mantimento à Real Fazenda, sustentando criados e cavalos à sua própria custa, no serviço de Sua Magestade. Tinha já servido, anteriormente à Restauração, três anos na praça de Ceuta, com bravura e singular ânimo, para merecer a nomeação da Comenda de Cristo, de que teve alvará de promessa pelo respectivo mestrado, o qual veio a verificar-se em seu filho, Manuel de Lima de Noronha Lobo, também Capitão-Mor de Cabeceiras de Basto».

Chamava-se este ínclito varão António de Abreu de Lima de Noronha Lobo e presto esta preciosa informação servindo-me também dos apontamentos que meu saudoso Pai me legou e que reuniu para proferir, em 1 de Dezembro de 1940, uma conferência acerca de «Os Cabeceirenses na Restauração», no Clube Cabeceirense.

Mas há ainda uma outra observação a fazer quanto à pequena notícia sobre a «Ponte de Cavês», que meu Pai me transmitiu com o seu extenso e valiosíssimo arquivo.

Consiste ela em que não foram as obras de adaptação desta à rodovia fontista de 1882, ainda actualmente existente, aquelas que possivelmente removeram o suposto túmulo do seu alvanel fundador.

E fazemos tal afirmação porque o primeiro tomo da «Chorographia Portugueza», do Padre António Carvalho da Costa, data de 1706, ano em que o seu autor o ofereceu ao rei D. Pedro II.

Ora dele consta unicamente a seguinte referência à freguesia de Cavês, mas que todavia é bastante elucidativa: «S. João de Cavês, Vigairaria do Convento de Pombeiro, tem setenta vizinhos. Nesta freguesia está sobre o rio Tâmega a ponte de Cavês, fundação de Frey Lourenço Mendes, a qual divide esta Província (Entre-Douro-e-Minho) da de Trás-os-Montes. Junto della estava um tumulto e nelle sepultado o mestre que a obrara, com um letreiro que dizia «Esta he a ponte de Caves aqui jaz quem a fez». Ha poucos annos a desfizeram para outra obra» (12).

Vê-se, portanto, iniludivelmente que a pretensa remoção do túmulo é muito mais antiga. — Se é que ele existiu alguma vez!

O que se pode asseverar com segurança é que o pavimento da ponte já foi modificado, pelo menos, por três vezes. Foi a primeira aquela que acabamos de referir, sendo a segunda no final do século passado, aquando da adaptação da ponte à nova estrada de macadame. Finalmente, em 1959 uma forte trovoadra, e consequente tromba de água, destruiu as suas guardas, que eram de granito e foram substituídas por outras de ferro, muito mais funcionais mas incomparavelmente mais inestéticas.

Felizmente que possuo fotografias da época de 1921, em que a Ponte de Cavês ainda tinha guardas de granito.

8 — A CASA DA PONTE

Com o andar dos tempos o velho hospital de S. Bartolomeu de Cavês foi-se tornando inoperante e absoleto, porque as epidemias de peste foram-se tornando mais espaçadas e a lepra passou a ser um mal cada vez menos generalizado, sobretudo devido ao progressivo aumento da higiene pública e particular.

Todavia ignoramos absolutamente quando se deu a sua extinção, ou transferência para qualquer outro lugar.

Também igualmente não sabemos se o hospital continuou até ao seu termo na posse dos Hospitalários ou se, devido à

(12) *Obr. cit.*, 2.^a ed., Braga, 1868, tomo primeiro, pág. 134.

acção relevante de Frei Lourenço Mendes, ficou a cargo dos dominicanos de Guimarães.

São tudo hipóteses, mais ou menos plausíveis, mas nada mais além disso se pode adiantar de concreto.

Supomos também que o dito hospital, ou albergaria, deveria situar-se na margem direita, à beira do rio, talvez no local aonde actualmente se encontra a negra e esfumada residência dos parceiros agrícolas da Casa da Ponte, cujas velhas pedras de granito parecem ter sofrido a acção do fogo duma lareira quotidianamente acesa no decurso de muitos séculos. Será assim? As mesmas dúvidas e incertezas respondem a esta outra hipótese.

Seja porém como fôr, o certo é que em dada altura os possíveis aros do vetusto cenóbio hospitalar aparecem ocupados pela mansão da estirpe dos Carvalhos dos Santos, senhores da Casa da Ponte de Cavês. Como se deu tal substituição? Por compra? Por doação? Não sabemos. O que porém não ignoramos é que: «Alguns nobiliaristas disem ser esta família um ramo dos Carvalhos, de Bragadas de Além-Tamega, em Ribeira de Pena que, por sua vez, derivam dos 'Carvalhos' que adquiriram por compra, no século XVI, reinando D. João III, o Couto de Abbadim, em Basto — mas não conheço documento algum que justifique tal opinião», conforme meu Pai apontou num seu manuscrito genealógico, inédito ⁽¹³⁾.

A ser assim, a figura mais proeminente de tal estirpe seria: «Domingos de Carvalho, moço da Câmara de El-Rey, com moradia de 406 reaes mensais e 3/4 de cevada diários, senhor da Casa-Solar dos Carvalhos de Ribeira de Pena, no lugar de Bragadas, freguesia de Santo Aleixo d'Alem-Tamega pelos annos de 1590. Era legítimo descendente da antiga e nobre linhagem dos Carvalhos, do morgadio deste nome, coevo da Monarchia Portuguesa, pois foi instituido em 1128, junto de Coimbra, por Domingos Feirol e sua mulher D. Bellida, chefes desta illustre geração. Assim consta de justificações de nobreza absolutamente autenticas requeridas por alguns seus descendentes, cujos originaes se conservam, quer no cartório de Família da Casa de Santa Marinha em Ribeira de Pena, quer no archivo particular da Casa de Piellas em Cabeceiras de Basto»,

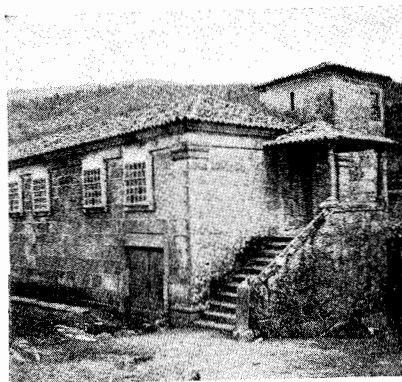
(13) Em meu poder. Intitula-se: «Ascendência do Ex.^{mo} Senhor Sebastião Herculano de Carvalho Vale e Vasconcelos, Snr. da Casa do Souto d'Aldeia, em Cavês, concelho de Cabeceiras de Basto».



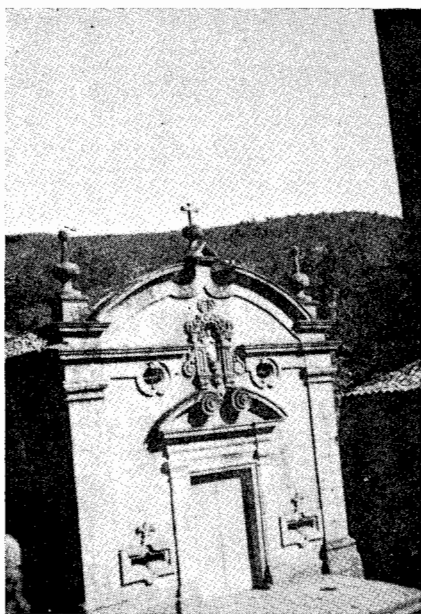
A Ponte de Cavês (fotografia de 1921)



Casa da Ponte de Cavês (Vista geral)
Brasão dos Carvalhos e Vales



Casa da Ponte de Cavês (Entrada)



Casa da Ponte de Cavês. A capela de S. Bartolomeu (aspecto actual)



S. Bartolomeu (Imagem existente na capela da Casa da Ponte de Cavês)



S. Bartolomeu (Imagem antiga existente na Casa da Ponte de Cavês)



A Fonte Milagrosa

conforme meu Pai igualmente escreveu noutro manuscrito genealógico, inédito, que possuo ⁽¹⁴⁾.

Todavia, apesar de ser pessoa de grande representação social, deslocou-se para os seus apartados e pátrios aros transmontanos de Bragadas, desgostoso com a perda da independência nacional em 1580, tornada evidente e irreparável após a desastrosa batalha de Alcântara, a qual pôs trágico fim às efêmeras e vãs esperanças do Prior do Crato.

Uma vez lá, replantado na sua áspera e peninsular colina, sita a cavaleiro do Tâmega e do Beça: «levou a fragoeira vida dos solarengos da epocha, intervindo porem em todos os sucessos importantes da região 'pelo grande respeito que naquele concelho lhe tinham' como suggestivamente refere uma memória genealógica, original de Francisco José de Miranda Atayde, capitão-mor de Montalegre, escripta em meados do século XVIII» ⁽¹⁵⁾.

Porém, tal ascendência é apenas plausível e possível, visto que não se pode provar documentalente. Há, contudo, uma circunstância que nos leva a tomá-la como verdadeira, a qual é a de tanto os Carvalhos e Almeida de Ribeira de Pena como os de Piellas, em Cabeceiras de Basto, se tratarem tradicionalmente por «primos», com os membros da família da Casa da Ponte de Cavês.

Assinalada deste modo tal possível origem comum desta ilustre estirpe, vejamos agora o que de positivo se sabe acerca da progénie dos Carvalhos dos Santos, de Cavês.

Tratar-se-ia, porém, duma empresa difficílissima, para não dizer impossível, se não fosse o providencial acaso de se acharem reunidos no meu arquivo, não somente as pesquisas que meu Pai pacientemente efectuou nos livros de registo paroquial da freguesia de Cavês, como também, e sobretudo, a cópia do título genealógico «Carvalhos de Cavês na Terra de Basto, organizado pelo ilustre investigador Dr. José de Souza Machado, de Braga».

Esta «cópia absolutamente exacta» foi feita, com sua expressa autorização, na Figueira da Foz, em Setembro de 1922, por meu saudoso Pai.

(14) «Genealogia da Casa de Touça-Boa» sita na freguesia do Salvador, Ribeira de Pena.

(15) Ibid., genealogia já citada.

Além disso possuo ainda outra «Cópia de um manuscrito autographo do Capitão-Mor Antonio Serafim de Carvalho Valle e Vasconcellos, existente na Casa do Souto em Cavez e que me foi amavelmente cedido pelo Illustrissimo e Ex.^o Snr. José César Carvalho Pinto Coelho do Valle e Vasconcelos, da mesma Casa», conforme anotou meu Pai quando o copiou em Cabeceiras de Basto, em Abril de 1908. É portanto à face de tão fidedignos elementos que vou elaborar a sucinta resenha histórica desta illustre progénie, tão ligada ao passado da freguesia que foi seu berço, que nela existem três casas armoriadas com o seu brasão de «Carvalhos e Valles», as da Ponte, do Souto da Aldeia e do Assento ou da Igreja.

Temos, portanto, que o mais antigo ascendente desta família que se conhece, se chamava António de Carvalho e vivia com sua mulher, Catharina Affonso, na sua quinta de Villa Franca, sita nos aros da mencionada freguesia de Cavês.

Sucedeu-lhes seu filho, Pedro de Carvalho, o qual casou a 25 de Maio de 1599 com Senhorinha Dias, filha de Diogo Gonçalves, do Outeiro de Cavês, e de sua mulher, Maria Affonsa. Foram também senhores da referida quinta de Villa Franca.

Até que na terceira geração, com Domingos Carvalho dos Santos, nascido ainda em Villa Franca, mas senhor da Casa Quinta da Ponte de Além pelo seu casamento, efectuado aos 2 de Julho de 1635 com Maria Antunes, filha e herdeira de Domingos Antunes, e de sua mulher Catharina João, donos da já mencionada casa, é que se concretiza a posse de tais domínios por tal progénie.

Porque foi na verdade este Domingos de Carvalho dos Santos o verdadeiro fundador da estirpe, tanto assim que foi feito: «Moço da Real Câmara de Sua Magestade, com a moradia mensal de 406 reaes e 3/4 de alqueire de cevada por dia, para o seu cavallo, pelos bons serviços que prestou na Guerra da Restauração que aliás, lhe foram reconhecidos na Carta de Previlégio que S. M. lhe concedeu aos 8 de Março de 1664, isentando d'ahi para o futuro, os Snrs. da Casa da Ponte, seus filhos, creados e caseiros do serviço militar e os seus gados de carretos e transportes em serviço público» (16).

(16) «Genealogia da Casa do Souto d'Aldeia», já acima mencionada, em meu poder.

Mas, afinal, que curioso e raro privilégio era esse concedido a Domingos Carvalho dos Santos por El-Rei D. Afonso VI no ano da graça de 1664? O caso necessita de uma explicação detalhada, mas cousa alguma a poderá ofertar tão clara e simples como a mera transcrição da parte inicial de tão curioso documento, do qual possuímos uma certidão autêntica, passada em Viana da Foz do Lima, a 21 de Agosto de 1751, a requerimento do bisneto do contemplado, Sebastião Carvalho dos Santos. Reza ela assim: «Nicolau João Barbosa da Silveyra, oficial da vedoria geral e comedoria da gente de guerra do Exército nesta província do Minho. Certifico que a folhas 48 verso do Livro 55.º que nesta vedoria geral serve de registo das ordens; está registada uma provisão na forma seguinte: Dom Afonso por graça de Deus Rey de Portugal e Algarves daquem e dalem mar em África, Senhor da Guiné, etc. Faço saber aos que esta Provisão virem que sendo respeito ao que pela petição atrás junta me representou Domingos Carvalho morador na Ponte de Cavês, Provincia de Entre Douro e Minho e Comarca de Guimarães e ao zelo de meu serviço com que há muitos anos assiste ao alojamento dos socorros que por ali passam de Tras-os-Montes e Beira para o Minho, despendendo com eles muito da sua fazenda, como constou por certidões que ofereceu e particulamente do Conde de S. João, do meu Conselho de Guerra e Mestre de Campo General do Exército e Provincia de Entre Douro e Minho e Governador das Armas de Trás-os-Montes, pedindo-me em consideração de tudo lhe faça mercê a ele por desobrigado, seus filhos, criados do serviço da guerra, assim como de tudo o escusou o dito Governador das Armas, por despacho que ofereceu com atenção ao detrimento e grande discomodo que experimentariam os socorros referidos e os mais que por ali passem; se ele Domingos de Carvalho lhes falta com agasalho e refrescos que lhes dá de sua fazenda, por não ser capaz o lugar de alojamento, o que tudo visto, hey por bem e me aprás de o haver por escuso ao dito Domingos Carvalho, e seus Filhos, creados e bois, de todos os encargos da guerra e que com eles se não entenda por essa via em nenhum caso pelo que ordeno aos Governadores das Armas da Província de Entre-Douro e Minho e de Tras-os-Montes que ao presente são e adiante forem, Mestres de Campo Generais, Generais de Cavalaria e Artilharia, e mais cabos e ministros de guerra, justiça e fazenda, cumpram e guardem esta provisão

tão inteiramente como por ela o ordeno; e o mesmo farão os mais oficiais a que o conhecimento dela pertencer. El-Rei nosso Senhor o mandou pelos condes da Ericeira e de S. João, ambos do seu Conselho de Guerra. João de Mattos a fez em Lisboa aos oito dias do mês de Março de mil seiscentos e sessenta e quatro. Francisco Pereyra da Cunha a fez escrever. Conde da Ericeira. Conde de S. João» (17).

Acrescentaremos que a certidão que se tem estado a transcrever literalmente, ainda continua no decurso de bastantes mais períodos.

Todavia daqui por diante trata apenas das complicadas formalidades burocráticas, as quais, ao menos na segunda metade do século XVII, eram tão numerosas, ou mais, do que ainda são hoje. Por isso desistimos de as transcrever integralmente, e para cabalmente provar a asserção acima feita bastará esclarecer que tendo a Provisão em causa a data de 8 de Março de 1664, foram necessários mais de três anos para que o nela determinado se tornasse efectivo!

Na verdade, somente a 16 de Abril de 1667 é que João Ribeiro, juiz pela Ordenança da Câmara de Cabeceiras de Basto, ordenou que se não procedesse à finta dos bois do seu beneficiário Domingos de Carvalho, morador na sua casa da Ponte de Cavês (18).

Mas continuemos, dizendo que poucos anos viveu mais Domingos Carvalho dos Santos após se ter tornado efectivo o seu curioso e útil privilégio, visto que faleceu em 7 de Janeiro de 1673.

(17) Na cópia da certidão do Previlégio de 1664, que possuímos e acabamos de transcrever, adoptámos a ortografia actual a não ser em nomes, apelidos e topónimos, para melhor compreensão da leitura. Como, porém, este estudo, a publicar-se, será acompanhado da respectiva fotocópia do documento em causa, entendemos não haver qualquer inconveniente neste critério.

(18) Este curioso e valioso documento encontra-se em meu poder porque em Braga, a 3 de Fevereiro de 1925, o seu legítimo proprietário, José Teixeira de Carvalho de Magalhães Carneiro, o ofereceu a meu Pai, apondo-lhe a seguinte delicatória: «Ofereço ao Ex^o Snr. Dr. Francisco Canavarro de Valadares a certidão do Previlégio concedido a meu sexto avô Domingos de Carvalho».

Esclarecerei ainda que foi intermediário e principal motor de tão gentil oferecimento o capitão António de Macedo Chaves, amigo comum do ofertante e do ofertado.

Sucedeu-lhe seu filho Sebastião de Carvalho dos Santos, nascido a 5 de Janeiro de 1643 e casado a 16 de Agosto de 1667 com Domingas Vaz, nascida a 21 de Abril de 1641 e filha de Thomé Gonçalves e de sua mulher Senhorinha André, senhores da Quinta do Assento ou da Igreja, em Cavêz.

Sebastião faleceu a 23 de Março de 1707, tendo-lhe sucedido seu filho António Carvalho dos Santos, nascido a 8 de Março de 1668 e casado a 28 de Fevereiro de 1707 com Maria Antunes do Valle, filha de Luís Antunes do Valle, da Aroza de Cavês, e de sua mulher Maria Francisca, a qual nascera a 17 de Janeiro de 1674. António Carvalho dos Santos faleceu a 21 de Maio de 1735.

Sucedeu-lhe seu filho Sebastião Carvalho dos Santos, nascido a 6 de Março de 1715, senhor da Casa da Ponte (ao pé da Capela) e falecido a 9 de Abril de 1782, tendo casado em 7 de Fevereiro de 1733 com sua prima em terceiro grau, D. Mariana de Carvalho dos Santos, que nasceu a 23 de Setembro de 1706 e faleceu a 28 de Janeiro de 1788, filha de Domingos de Carvalho e de sua segunda mulher Joanna Francisca, da Casa da Ponte de Cá, juntando-se, por este casamento, as duas casas da Ponte. Teve carta de brasão de armas, com os apelidos «Carvalho» e «Valle», passada a 26 de Agosto de 1750 ⁽¹⁹⁾.

Foi também este morgado que mandou edificar a actual Casa Nobre e reconstruiu a Capela de S. Bartolomeu.

Sucedeu-lhe seu filho João Baptista de Carvalho do Valle e Vasconcellos, baptizado a 7 de Abril de 1750, o qual foi igualmente senhor da Casa da Ponte e Sargento-Mor dos Privile-

(19) «Archivo Heráldico-Genealógico», do Visconde de Sanches de Baena, Lisboa, 1872. Textualmente: «N.º 2257: Sebastião de Carvalho dos Santos, natural e morador na sua quinta de S. Bartholomeu da Ponte de Cavez, concelho de Cabeceiras de Basto, província de Entre-Douro-e-Minho, filho de António Carvalho dos Santos e de sua mulher Maria Antunes do Vale, neto paterno de Sabastião Carvalho dos Santos e de sua mulher Domingas Vaz, filha de Manuel Thomaz de Carvalho, capitão de volantes que foi na guerra da aclamação, em que teve também patente de sargento-mor de um terço, e de sua mulher Maria Antunes, bisneto pela mesma parte paterna de Domingos Carvalho dos Santos, moço da Câmara que foi dos reis d'este reino, e de sua mulher Maria Antunes, e pela materna neto de Luiz Antunes do Vale, e de sua mulher Maria Francisca, bisneto de outro Luiz Antunes do Vale, e de sua mulher Isabel Ribeira». As armas dos Carvalhos e Vales — Br. p. a 26 de Agosto de 1750. Reg. no Cart. da N. liv. particular, fl. 1 In pág. 566.

giados de Malta, da Comenda de Vera Cruz. Casou ele a 2 de Julho de 1789 com Dona Marianna Luísa de Souza Botto, nascida a 3 de Dezembro de 1754, sendo filha de José Maria de Souza Távora Botto e de sua mulher Dona Izabel Bernarda Machado, senhores da Casa de Val-de-Figueira, sita na freguesia de Nossa Senhora do Rosário, da Vila de S. João da Pesqueira.

João Baptista faleceu, de avançada idade, em 15 de Janeiro de 1828, tendo-lhe sucedido seu filho, José Máximo de Carvalho e Sousa, baptizado a 14 de Abril de 1792.

Casou este em Cavês, já cinquentenário, a 20 de Julho de 1842, com Dona Maria Carolina Tavares de Meireles Leite Machado, filha de João Tavares de Azevedo e Lemos Machado, Fidalgo da Casa Real e senhor da Casa das Cortinhas, em Cavês, e de sua mulher Dona Anna Amália de Meireles Leite.

Por um documento que possuímos, sabemos que José Máximo ainda era vivo em 1857, data em que pediu escusa de jurado por ter completado sessenta e cinco anos de idade. Cremos que faleceu sem descendência, sucedendo-lhe na posse da Casa da Ponte de Cavês seu sobrinho-neto José Teixeira de Carvalho Magalhães Carneiro, abastado proprietário e capitalista, residente na cidade de Braga, o qual faleceu octogenário e a legou a seu parente dr. Fernando Vessadas Salazar, de Barcelos, pertencendo actualmente, (1979) a uma das duas filhas deste último, casada com um senhor dr. Côrte Real, residente em Coimbra e filho do primeiro conde de Fijô.

A título de mera curiosidade direi ainda que à estirpe dos Carvalhos dos Santos pasou igualmente a pertencer a Casa do Souto da Aldeia, em Cavês, por virtude da doação que João André, o Novo, e mulher, Maria Antunes, fizeram dessa mansão e quinta a seu sobrinho, Domingos de Carvalho dos Santos, natural da Casa da Ponte de Cavês, junto à Capela de S. Bartolomeu, denominada ao tempo «Casa da Ponte de Além»; o qual Domingos havia casado com sua prima, D. Maria de Carvalho, natural da outra Casa da Ponte de Cavês, então chamada «Casa da Ponte de Cá», e a qual era irmã de Sebastião de Carvalho dos Santos, fidalgo de cota de armas por carta de brasão de Carvalhos e Valles, passada em Lisboa a 26 de Agosto de 1750, como já foi dito.

Ora este Domingos Carvalho dos Santos, é sexto avô do Dr. Duarte Nuno de Carvalho do Valle e Vasconcellos, actual

[illegible]

19m Teia Formosa
Mandar a Lele para ad^{ta} Corti
das de gas finas de Lele
Seu Legato. 21 Me

[illegible]

(1979) proprietário da dita Casa. Natural é, portanto, que o brasão dos Carvalhos e Valles que presentemente se ostenta na mencionada Casa do Souto, fundamente a sua legitimidade na carta de brasão acima citada. Quanto ao brasão, igualmente de Carvalhos e Valles, esculpido na frontaria da Casa da Igreja de Cavês, fundamenta-se ele na carta de brasão passada em 22 de Agosto de 1786 ⁽²⁰⁾ a favor de um dos seus senhores, Lourenço Thomás Ferreira de Carvalho, também provindo da progénie dos Carvalhos dos Santos, da Casa da Ponte. Verifica-se, portanto, que das cinco pedras de armas que, tanto quanto sei, constituem o armorial da freguesia de Cavês, três pertencem a esta estirpe, sendo a da Casa da Venda do Foral pertença dum ramo dos Pachecos de Andrade e a das Cortinhas duma velha família descendente dos medievais Machados, senhores de Entre-Homem e Cávado.

E aqui está tanto quanto sei, e posso adiantar, acerca do passado histórico do local que Camilo escolheu para situar vários dos episódios literários que ele lhe inspirou e fazem parte da sua grandiosa obra. Claro que tal só foi possível por motivo da sua estada em Ribeira de Pena, de 1840 a 1843.

Vejamos a seguir quais eles são, a começar no cronologicamente mais antigo, o qual é o conto.

(20) Ibidem. Textualmente: «N.º 1740: Lourenço Thomaz Ferreira de Carvalho, natural do concelho de Cabeceiras de Basto, filho de Lourenço José de Carvalho, e de sua mulher Francisca Felícia, neto pela parte paterna do capitão Manuel Thomaz de Carvalho, e de sua mulher Benta Martins, ele filho de André Francisco e de sua mulher Senhorinha Antunes, e ela filha de João Martins, e de sua mulher Domingas Gonçalves, e pela materna se mostrava também que ele é neto de Domingos Carvalho dos Santos, e de sua mulher Maria Carvalho, bisneto de Domingos Carvalho, e de sua mulher Maria Vaz, e de António Carvalho dos Santos, e de sua mulher Maria Antunes do Vale, terceiro neto de Sebastião Carvalho dos Santos, e de sua mulher Domingas Vaz, e quarto neto de Manuel Thomaz de Carvalho, capitão de volantes na guerra da aclamação, e teve patente de sargento-mor de um terço, o suplicante é descendente também de outro Domingos Carvalho dos Santos que foi moço da câmara dos senhores reis d'este reino. Um escudo partido em pala, na primeira as armas dos Carvalhos, e na segunda a dos Vales».

Br. p. a 17 de Agosto de 1786. Reg. no Cart. da N., liv. III, fl. 233 v. — In pág. 441.

9 — «COMO ELA O AMAVA»

Publicado em 1863 na colectânea intitulada «Noites de Lamego» pela Livraria António Maria Pereira ⁽²¹⁾.

Primeiramente dá o autor a explicação do título do volume, verdadeiramente inesperado e fantasista, dizendo: «Chama-se este livro Noites de Lamego, em razão de serem proverbiais em comprimento, profundidade e largura as noites d'aquela terra, a tantos respeitos interessante pelos excelentes presuntos que a caracterizam na história da civilização culinária a mais prestadia de quantas há.

Para uma daquelas noites infinitas, cuida o autor — pedindo vênica da imodéstia — que este seu livro deve de ser, numas compleições, leitura de engalhar o sono rebelde; noutras, distrativo expediente para aligeirar as horas. Está dada a razão do abstruso título. Lisboa, 12 de Julho de 1863» ⁽²²⁾.

Tinham passado, portanto, duas décadas compridas desde que Camilo se apartara de Ribeira de Pena, ainda moço estudante de pouco mais de dezoito anos.

Agora era já escritor consagrado, sobretudo desde que após a sua estadia na Cadeia da Relação do Porto, publicara o seu famoso «Amor de Perdição», vindo a lume no ano transacto, em 1862. Naquele ano de 1863 estampara dez contos e narrativas em «As Noites de Lamego», duas das quais algo realisticamente baseadas nas suas saudosas recordações do profundo vale penato, aonde casara adolescente, vivera três anos de descuidado escolar e até de incipiente funcionário. Denominavam-se «Como Ela o Amava!» e «História duma Porta», mas, por agora, apenas nos interessa a primeira, visto que a seguinte nada tem a ver com a Ponte de Cavês.

Trata-se de uma pequena narrativa de cerca de quinze páginas, mas de modelar composição, na qual, naquele seu estilo inconfundível, simultâneamente chocarreiro e sentimental, que ainda hoje enleva e delicia o comum dos portugueses, se narram sucintamente os dramáticos lances duma luta de vida e de morte entre dois valentões de rópia e de basófia — o Vítor de

(21) Vidé: Henrique Marques, in «Os Editores de Camilo», Lisboa, pág. 202.

(22) 3.^a Ed., 1908, pág. 5.

(23) Ibid., pág. 165.

Mondim (de Basto) e o João Lobo, de Cerva — ambos perdidamente enamorados duma lavradeira e cantadeira de fama, a Isabelinha do Reguengo.

Logo no intróito se fala do local da acção e, também, da sua tão famosa como frequentada romaria.

Escreve ele assim: «Aos vinte e quatro de Agosto, na povoação chamada Cavez, cuja ponte sobre o Tâmega, extrema pelo norte as duas províncias do Minho e Traz-os-Montes, celebra-se a festa de S. Bartolomeu, santo gravemente infesto a Satanaz. Vem aqui, de muitas léguas em volta, dezenas de criaturas obsessas. É para notar que raro homem ali vá incubado de demónio. As mulheres é que, por cima de muitas outras penas, sofrem o dissabor de serem visitadas pelos espíritos infernais, caso único, a meu ver, em que os sobreditos espíritos se mostram espirituosos».

Depois, o romancista embrenha-se numa pitoresca e erudita explanação teológico-jocosa dos caprichos do mafarrico ao insinuar-se na alma humana, em especial na feminina, acabando por chegar à imprevista conclusão de que até «os bailados são diabruras».

Terminada esta dissertação algo paradoxal, recomeça ele a interrompida narrativa nestes precisos termos: «Mas, enfiando outra vez o conto, gentis mocetonas eram aquelas energúmenas que eu vi na igreja de Cavês, em 1842. Há quantos anos isto vai!... Naquele tempo, até as mulheres com espírito ruim me pareciam boas.

Voltei lá no ano seguinte, armado de figas que espantam maus ares, e nóminas e amuletos refractários ao demónio» (24).

Temos, portanto, que Camilo afirmou peremptoriamente que esteve presente em duas romarias seguidas de S. Bartolomeu de Cavês, precisamente nas celebrações em 23 e 24 de Agosto de 1842 e 1843. Ora, quanto à de 1842, parece-me indubitável não existir qualquer facto, ou dado conhecido, da sua biografia que o tivesse impedido de a ela assistir.

Já não é tão provável que estivesse presente na de 1841 — à qual aliás não faz referência — visto ter-se casado cinco dias antes, em 18 de Agosto desse ano, na igreja do Divino Salvador de Ribeira de Pena, com Joaquina Pereira de França. E, daí, não sabermos se lá iria com a sua jovem esposa ou com

(24) Ibid., pág. 167.

outro acompanhamento da família da noiva ou de vizinhos de Friúme.

Mas em 1843! Faço esta exclamativa dúvida porque Camilo já se encontrava em Lisboa na primeira quinzena de Setembro de 1843, depois de ter passado por Vilarinho da Samardã e daí se encaminhar até à capital, numa viagem morosa de vários dias, como então era usual.

Provou tudo isto, indiscutivelmente, o distinto e finado camilista dr. Ludovico de Menezes ⁽²⁵⁾.

Parece-nos, deste modo, que a tal romaria de 1843 ou é uma ficção literária ou constitui, então, um dos muitos lapsos de memória verificáveis a cada passo nas evocações pessoais do romancista.

Diremos ainda que Camilo, prosseguindo com o desenrolar desta sua efabulação, conta assim os preliminares dos trágicos acontecimentos que literariamente se viriam a desenrolar na evocada romaria de S. Bartolomeu, em 1843:

«Na aldeia, onde eu então estudava latim, correu a nova de se terem desafiado para a romagem de S. Bartolomeu os valentes de dois concelhos inimigos, desde muito enrixados e aprazados para ali. Um morgado, meu vizinho, de nome José Pacheco de Andrade, filho do antigo capitão-mor de Basto, Serafim dos Anjos Pacheco de Andrade, oito dias antes, mandara demolhar em poças um braçado de paus de carvalho, com o fim de lhes dar elasterio, e cingirem-se melhor com as costas das vítimas. Estes preparatórios aqueciam-me o ânimo belicoso, posto que os chibantes da terra avisadamente se rissem dos meus quinze anos» ⁽²⁶⁾.

Há no trecho que acabamos de transcrever alguma verdade e muita fantasia, o que aliás é perfeitamente natural e explicável, tratando-se duma obra literária, escrita, para mais, a duas décadas de distância.

Claro que a aldeia aonde Camilo então estudava latim era Friúme e que a figura de José Pacheco de Andrade, que o escritor posteriormente descreveu como sendo o «Fidalgo Mendigo», também existiu e está perfeitamente identificada.

⁽²⁵⁾ «Camilo — Documentos e Factos Novos», Lisboa, 1925, vol. III, pág. 231 e seg.

⁽²⁶⁾ «Noites de Lamego» — ed. cit., págs. 167/168.

Mas a descrição completa da sua personalidade, baseada em dados reais, autênticos, que possuo, levar-nos-ia muito longe e desviar-nos-ia do intuito que norteia este estudo, ou seja relacionar Camilo e a sua obra com a ponte de Cavês.

Por isso a lenda camiliana do «Fidalgo Mendigo», terá que constituir a ideia central dum outro ensaio que pensamos elaborar, se Deus o permitir.

São contos largos que não se podem inserir aqui. Diremos, todavia, que o demolhamento das varas de marmeleiro e de carvalho cerquinho, para serem ulteriormente transformadas em cacetes de feira e em paus rústicos de vários usos, como agulhadas para picar o gado vacum, ainda hoje é vulgarmente praticado.

Porque, indiferentemente de lhes dar maior flexibilidade, não se lhes poderia, tão facilmente, extrair a casca, ou pele, e levá-los a secar com rapidez.

Agora, quanto à funda e odienta rixa, ou quesília que dividia e opunha os dois magnates de Cerva e de Mondim, é que a descrição camiliana já não é possivelmente tão real e objectiva.

Digo isto apesar de meu Pai me ter dito, já há mais de meio século, que o seu amigo cervato padre Henrique José da Costa, lhe ter afirmado ter este conto um fundo de verdade.

Finalmente, para terminar o nosso comentário ao trecho camiliano transcrito, diremos que em 1843, nunca o escritor podia ter quinze anos, mas dezoito, visto ter nascido em Lisboa a 16 de Março de 1825. Outro lapso de memória do romancista ou, então, a conveniência literária de lhe diminuir a idade, para se manter à parte da contenda e poder observar fielmente o desenrolar do drama.

Nos períodos subsequentes ocupa-se Camilo em nos descrever as diferentes peripécias da jornada desde Friúme até à Ponte de Cavês, «uma légua distante», diz ele.

É certo que, então, o percurso se fazia pela antiga estrada real de Guimarães a Chaves, a qual incluía a calçada do Bace-lar, ainda existente, e o desaparecido caminho que seguia pela Trofa, Portela, Daviões e Arosa, que foi absorvida pela actual estrada asfaltada, o qual encurtava bastante. Mas apenas uma légua é que não era, nem que fosse das da Póvoa e das mais estiradas!

Ora o bando friumense de José Pacheco de Andrade, tendo saído da sua aldeia às 9 horas da noite do dia 23, fizera alto,

às onze, na povoação da Arosa «convisinha dos montados por onde se estendia o arraial», o que, quanto ao tempo de deslocção a pé, duas horas, é normal e correcto.

Uma vez lá, juntou-se-lhes a estúrdia cervata de João Lobo, com a qual vinham «os mais graúdos brigões da comarca, homicidas igualmente impunes que arrogantes, e espécie de barões feudais, a cujas barbacans não ousavam chegar as justiças d'el-rei».

É curioso notar que Camilo, cinco anos depois, ao escrever, em 1868, os «Mistérios de Fafe», volta a falar dos «homicidas de Cerva», quando, tratando da personalidade do desembargador Silvério de Mendonça, natural de Mondim de Basto, diz textualmente: «Neste ano de 1841, sabia Silvério que os seus hóspedes eram quatro, pronunciados por crimes de morte. No ano antecedente, os tinha conhecido e recomendado à indiferença do administrador do concelho, seu condiscípulo, e dependente da influência política do desembargador. Os homicidas de Cerva aguardavam tranquilamente que Silvério lhes facilitasse passagem do Porto para o Brasil» (27).

Verifica-se, assim, que o romancista não levara da sua estadia penata de três anos, de 1840 a 1843, muito boa impressão do «turbulento» «concelho vizinho, chamado Cerva» (28), conforme ele igualmente assinala noutro passo da obra citada. Mas continuemos.

Claro que a junção, na Arosa, da estúrdia de Cerva com o bando de Friúme estava também certa quanto ao itinerário seguido, visto que o grupo proveniente daquela freguesia — então município, extinto em 1853 — a qual não é ribeirinha do Tâmega mas confinante com a paróquia de Cavês, tinha de atravessar as povoações e os montados de Agunhos e de Formoselos e de descer por Escarei até à Arosa, para atingir a Ponte e o arraial de S. Bartolomeu.

Mas, quanto aos recém-chegados romeiros, falta ainda acrescentar a figura central da estúrdia e prémio de beleza regional que o romancista apelidou de Isabelinha do Reguengo e da qual pintou com as mais belas cores da sua rica paleta o seguinte e encomiástico retrato: «era uma rapariga de dezoito

(27) *Obr. cit.*, Parceria António Maria Pereira, Lisboa, 1920, 6.^a Ed., pág. 83.

(28) *Ibid.*, pág. 82.

anos, sécia e talhada a primor, carregada de oiro, mas ainda assim leve como uma arféloa, saltando quando não cantava, rindo a escâncaras quando não saltava, linda como as deiades dos córregos, alegre como a felicidade das serras. Oh! que moça- Que legião de tentadores demónios ia nela!» (29).

É para mim um mistério porque Camilo caprichou em colocar a pequena pátria deste prodígio de formosura na alpestre e apartada povoação de Reguengo, pertencente à freguesia de Afonsim, da terra de Aguiar da Pena, visto que ela é a única existente nos vastos aros desta região e da vizinha Basto...

Entretanto — vai contando o escritor — os dois maiores, o de Cerva e o de Friúme, iam esboçando os pormenores da projectada peleja, dizendo João Lobo que o que se queria ver era peito a peito com o Vítor de Mondim, porque um dos dois havia «de ficar escutando a cavalaria»!

Então o futuro «fidalgo mendigo» indagou, entre surpreso e curioso, qual era a causa primária de tão profundo rancor. Responde-lhe, o de Cerva revelou-lhe que o pomo da discordia era a Isabelinha do Reguengo, a qual tendo namorado dois anos com o Vítor o deixara a troco dele, Lobo, facto este que lhe valera na anterior feira de S. Miguel, em Cabeceiras, uma monumental tarefa aplicada por vinte dos seus caceteiros, tarefa essa que o havia posto às portas da morte!

Segue-se no conto um impecável diálogo, que merece ser integralmente reproduzido, porque ele nos transmite admiravelmente a psicologia dos valentões de feira cuja rópia e basófia se ia mais uma vez dirimir naquela trágica contenda. Assim, José Pacheco de Andrade, retorquindo, perguntou a João Lobo:

«— A moça vale a pena?

— É esta que está a cantar.

— Guapa rapariga!... Tens razão Lobo!

— Já correu o primeiro pregão dos banhos.

— Casas com ela?

— É a melhor lavradeira do povo, e da cara ninguém no concelho lhe deita água às mãos.

— Então será bom que te poupes, Lobo! Nada de morrer!...

— Que tem lá isso? Se morrer já não preciso casar. Morra homem e fique fama!» (30).

(29) «Noites de Lamego» — ed. cit., pág. 168.

(30) Ibid., pág. 169.

Claro que a ronda do Vítor de Mondim, o tal «concelho inimigo», igualmente situado na margem esquerda do Tâmega, seguia porém rota diversa a caminho da romaria de S. Bartolomeu, porque, apesar de supostamente adversária do de Cerva, ao menos na efabulação camiliana, não era seu vizinho, interpondo-se entre ambos o de Atey, a esse tempo também município, somente extinto a 31 de Dezembro de 1853.

Porque aos de Mondim tornava-se-lhes mais cómodo passar o rio na famosa barca existente no Tâmega e ainda hoje conhecida por barca de Atey, irrompendo no arraial pelo lado da margem direita ou da Capela de S. Bartolomeu.

É curioso ainda assinalar que até 1834 estes quatro minúsculos concelhos, Cerva, Atey, Mondim e Ermelo, tiveram sempre um capitão-mor comum, regionalmente conhecido pelo capitão-mor dos quatro concelhos. Entretanto, como já afirmara João Lobo, era a Isabelinha do Reguengo quem estava cantando a seguinte quadra:

«Quem quiser cantar comigo
há-de ter no peito amores;
amam as aves cantando
entre arvoredos e flores».

Mas não cantou mais nenhuma copla, porque o noivo, não gostando da resposta do competidor, a proibiu terminantemente de continuar a cantar.

E a esbelta rapariga, acomodada e humilde, conformou-se com a ciumenta exigência de João Lobo, retorquindo-lhe risonha:

«— Pois não canto. Vamos conversando — disse ela com condescendência» ⁽³¹⁾.

Não interessará muito, agora aqui, continuar a esmiuçar todos os sucessos do arraial aonde os confederados de Friúme e de Cerva entraram à meia-noite, quando já estrondeavam os tiros entre as duas margens do Tâmega, disparados das «ramagens das carvalheiras onde se ajuntavam os caudilhos em conselho de guerra» ⁽³²⁾. Ora tal vegetação, ao menos neste século, não me parece muito exacta, visto que o arvoredado predominante na paisagem da margem direita são os olivais de

(31) e (32) Ibid., pág. 170.

Moimenta, sendo a esquerda, ou transmontana, mosqueada pela mancha verde-negra dos pinheiros bravos.

E dizemos que não interessará muito porque, a tal efectuar, seria preferível transcrever integralmente a admirável prosa camiliana do conto «Como Ela o Amava!». Bastará apenas acrescentar que o escritor, demonstrando na generalidade um perfeito conhecimento do local da romaria e do comportamento dos romeiros, nos dá um quadro pitoresco e verdadeiro desta romagem de S. Bartolomeu, tal qual ela era há cerca de século e meio. Que, diga-se de passagem, pouco ou nada tem variado até à data, a não ser quanto ao policiamento dos costumes, porque é actualmente quase inteiramente pacífica. Contudo queremos ainda assinalar dois pequenos pormenores, os quais demonstram à saciedade como Camilo era bom observador. Note-se que tinha então apenas dezoito anos, que ele um pouco arbitrariamente e, cremos que por artifício literário, reduzira a quinze.

Mercê de tal expediente, pôde assim escrever: «Ora eu, prevalecendo-me da inofensiva presença dos meus anos, desci à ponte e atravessei-a como coisa que ninguém vira. Fui direito à igreja observar a luta de S. Bartolomeu com o diabo. Era isto principalmente que me chamava» (33).

Conta depois, entre muitas outras considerações, como a imagem do santo, «de bom tamanho e de pedra», era algo violentamente aplicada na cabeça das possessas, com bons resultados, ao que parecia...

Pois tal cerimonial ainda hoje se verifica todos os anos, visto que na romaria de S. Bartolomeu a pesada imagem de granito, que encima o pórtico da sua capela votiva, é apeada do seu nicho e aplicada na cabeça das enfermas, exactamente como há cerca de cento e quarenta anos, segundo o expressivo relato camiliano.

Por outro lado, enquanto o futuro romancista estava entretido junto ao templo a observar estes estranhos esconjuros das possessas, dera-se já um primeiro afrontamento entre os dois bandos rivais, mas a Isabelinha do Reguengo metera-se de permeio e conseguira sobrestar os ódios dos adversários, graças ao mútuo amor que ambos lhe dedicavam, tanto o João Lobo,

(33) Ibid., pág. 171.

de Cerva, actual preferido, como até o Vítor de Mondim, que caíra em desgraça.

Por isso, quando Camilo, finda a cena dos esconjuros da capela, se conseguiu juntar novamente aos seus companheiros de jornada, encontrou-os na postura que descreve nestes termos: «Fui onde estava a gente de Cerva. Isabel comia cavacas, e repartia delas com o Lobo, que ensopava um lenço de seda em camarinhas de suor. Uns pimpões estavam encostados aos paus, cruzando com eles as pernas, outros emborcavam grandes pichéis e canecas de vinho. O meu visinho morgado José Pacheco de Andrade empanava a cabeça partida, e desequilibrava as pernas, não já por causa do terreno, senão que o vinho desmentia nele, o característico humano da posição vertical, conquanto ao meu visinho, mais que nenhum outro corpo, com grande glória de Newton, pendesse ao centro da terra» (34).

Curioso é notar que há quase século e meio havia o costume da venda das cavacas doces de Cavês, tradição que ainda hoje perdura em todas as festas, romarias e feiras da região, aonde infalivelmente comparecem as respectivas doceiras com os seus cestos e tabuleiros.

Vendem também rosquilhos e rebugados de açúcar em ponto, estes embrulhados em vistosos papéis de seda, de todas as cores do arco-iris.

Antigamente, pelo menos até à segunda guerra mundial, vendiam igualmente pão de ló, ou «pão leve», em roscas ou «bacias», mas agora só de encomenda e a preços astronómicos, dada a carestia sempre crescente das matérias primas que entram na composição de tais lambarices: — o açúcar, os ovos e a farinha de trigo. É mais um artesanato regional que está quase a entrar na agonia...

Camilo conta ainda: «Aí por volta das três horas vieram parlamentários d'além, propondo a passagem livre das rondas de parte a parte, o morgado tomou a si o encargo de responder, e tartamudeou: «— Não há convenções! O mundo acaba-se aqui hoje!» (35).

Tomada a sério a estulta resposta do ébrio, consumou-se a tripla tragédia dos dois rivais, simultaneamente mortos no prélio da ponte, e da Isabelinha do Reguengo precipitada no rio, aonde os de Mondim haviam lançado, a furto, o cadáver

(34) e (35) Ibid., pág. 174.

de João Lobo, que se afundara num pego e não mais apareceu durante o dia, mau grado os porfiados esforços de pesquisadores das duas margens.

A noiva, louca de dor e alcandorada numa frágua, acabou por precipitar-se no Tâmega, mas: «Antes de baquear-se na refervente cachoeira da bacia, já tinha abolido o crâneo num ângula da rocha.

Os pastores esperavam o cadáver num remanso d'água, e ali velaram, durante a noite, aguardando que a justiça fosse alevantá-lo. Como Ela o Amava!» (36).

10 — FEIRAS, FESTAS E ROMARIAS

Até aqui o romanescos enredo do conto camiliano, produto simultâneo do irreprimível lirismo e da inesgotável fantasia do romancista.

Mas tal lirismo e tal fantasia são correcta e verdadeiramente enquadrados no ambiente local e a mim não me repugna nada acreditar que a sua efabulação assenta em facto ou factos mais ou menos verdadeiros. Porque a experiência já me tem ensinado por muitas outras vezes que, por detrás da fantasia deste, ou até doutros autores, está e verídica autenticidade da vida quotidiana, embora bastante alterada ou deformada pelas conveniências da acção literária.

Depois destes comentários, ou conclusões, seja-me lícito acrescentar ainda algumas palavras sobre o curioso caso, ou problema, que constituem como fenómeno de convívio colectivo as feiras, festas e romarias em muitas das efabulações das novelas e dos romances camilianos.

Na verdade, não é novidade, para quem quer que seja que algum interesse tenha dedicado a este assunto, que as feiras, festas e romarias, religiosas ou profanas, foram quase que os únicos divertimentos populares portugueses no longo decurso da Sociedade Antiga, melancolicamente finalizada em 1834.

E, mesmo após essa data, continuaram a sê-lo dominadamente, ao menos no Entre-Douro-e-Minho e Trás-os-Montes, que foram as duas províncias sobre as quais Camilo mais escreveu.

(36) Ibid., pág. 179.

Acontece, porém, que aqui, nestas apartadas terras de Basto e de Aguiar da Pena, não eram muitas as grandes feiras ou romarias existentes.

Assim, reportando-me agora ao ambiente penato, que era aquele em que Camilo então vivia, e também é exactamente a região da qual melhor conheço o passado, direi simplesmente que não havia muito por onde escolher.

Porque, quanto a festas, havia, e há, logo no dealbar do ano, a 10 de Janeiro, a de S. Gonçalo, em Friúme, celebrada então numa pequena capela, hoje profanada, aonde Camilo, conforme reza a tradição, muitas vezes ajudou à missa. A actual festividade realiza-se agora noutra, nova, mas que obviamente já não tem o cunho romântico da tradição camiliana.

Seguia-se depois, a 3 de Fevereiro, no largo do Rosário, aonde se erguia, e ergue, o então recente e magestoso templo do Divino Salvador, a romaria do milagroso Senhor São Brás, a qual também era um óptimo pretexto para se jogar desenfreadamente o Entrudo.

Na cronologia religiosa local tinha, um pouco mais tarde, lugar uma completa e concorrida Semana Santa ou «Endoenças», igualmente levada a efeito na já citada igreja do Divino Salvador.

Havia, e há ainda, também algum tempo após, em quinta-feira da Ascensão, a chamada «festa pequena», ou erguer da bandeira, na capela de Nossa Senhora da Guia, padroeira do concelho, que se venera no alto da Fonte do Mouro, sito numa rechã da Serra do Alvão, precisamente onde termina a curiosa história do camiliano sexto «Casamento Feliz»...

No domingo mais próximo de 13 de Junho, dia de Santo António, celebrava-se, e ainda se celebra, na pequena igreja paroquial de Santa Marinha, erguida num modesto outeiro e dotada dum altar-mor de preciosa talha dourada, a festa litúrgica deste insigne e milagroso vulto do agiologismo português.

A seguir, a 15 de Agosto, eram as mais vastas, sumptuosas e rivais festas de Nossa Senhora da Assunção, simultaneamente celebradas na matriz do Salvador e na Capela da Fonte do Mouro, sob as respectivas invocações de Nossa Senhora das Angústias e de Nossa Senhora da Guia.

Finalmente, a 23 e 24 de Agosto, havia a romaria de S. Bartolomeu da Ponte de Cavês, da qual temos vindo a tratar.

Além destas haveria, como aliás ainda há, pequenas festividades nas alpestres povoações do Alvão: a de S. Pedro, em Bragadas e outras nas pequeninas aldeias perdidas nas dobras dos cerros de Barroso. Mas, mesmo de todas as que citámos, só eram verdadeiramente grandes as de Agosto, no Salvador, na Fonte do Mouro e na Ponte de Cavês.

Por outro lado, quanto a feiras famosas, tirante as do Santo António, em Vila Real, as dos Santos, em Chaves, ou as de S. Miguel, em Cabeceiras de Basto, nada mais existia, a não ser a de S. Martinho, em Penafiel, sobretudo frequentada pelos cavaleiros que necessitavam de arreios para as suas montadas.

Mas mesmo todas estas quatro eram longe e de mau caminho, e, quanto às locais, só tinham algum vulto as de ano, como a das Cebolas, em Vila Pouca, a 25 de Setembro, a de Vale da Barca, em Balteiro, a 20 de Dezembro, ou a da Lomba, em Cerva, a 22 do dito mês.

11 — UM TESTEMUNHO DE PINHO LEAL

Compreende-se, portanto, sem esforço que uma romaria como a de S. Bartolomeu interessasse sobretudo toda a população das redondezas, quer ela residisse na vasta região de Basto, quer na de Ribeira de Pena.

É este também o testemunho que Pinho Leal inseriu no seu «Portugal Antigo e Moderno», impresso há um século⁽³⁷⁾, e no qual há alguns pormenores curiosos e interessantes, que vamos referir.

Assim, ao falar de Cavês e da sua freguesia, diz, após as costumadas generalidades, que lá existe sobre o Tâmega «uma boa ponte de cantaria bastante antiga».

Fala, depois, nos seguintes termos do manancial da fonte: «Nas margens do rio, junto à ponte há uma nascente de água surfúrea, que sai com a temperatura de 68 a 74 gr. F. É aplicada interna e externamente para a cura de várias moléstias e os povos daqui atribuem virtudes terapêuticas a esta água.

A sua origem primitiva, é uma grande penedia, no sítio das Caldas, donde por canos de pedra, de algumas braças de

(37) Empresa Literária Fluminense, L.da, (1873-1880), vol. II, pág. 217/219.

comprido, vem cair a um pequenao tanque. Deixa um resíduo que, depois de seco, é combustível. É tradição que houve aqui um hospital, para onde vinham os doentes do hospital civil de Braga, quando precisavam destes banhos. Se existiu, não há dele o mínimo vestígio».

Sabemos já, pelo que anteriormente referimos, da verídica existência do hospital, de forma que não vale a pena insistir no assunto.

Trata depois o ilustre memorialista da história da fundação da ponte, invocando como origem dos elementos colhidos o «Tratado das Ordens Religiosas», de Pedro Diniz ⁽³⁸⁾, obra erudita que não conhecemos, mas que, ao menos na citação que reproduz, nada adianta ao que já sabemos.

Localiza também a situação da ponte, dividindo o Minho de Trás-os-Montes, e refere que a fonte milagrosa se situa na margem esquerda, ou transmontana, e o santo festejado na margem direita, ou minhota.

Chega então o artigo a um dos seus pontos mais curiosos e interessantes, embora não de todo verdadeiro, que a seguir comentamos:

Diz ele assim: «Não há nesta capela nenhuma solenidade religiosa, mas, apesar disso, desde a manhã do dia 22 de Agosto de cada ano se principia este sítio a encher de grande multidão de romeiros, de ambos os sexos, e ao meio dia o concurso é enorme, estabelecendo-se aqui barracas de doceiras e de bebidas, cozinheiros, taberneiros, tendeiros, belfurinhos, carnicheiros com seus talhos, etc.».

Ora nós contestamos que nunca tivesse havido qualquer solenidade religiosa porque durante muitos anos — como aliás presentemente — se efectuou sempre missa cantada e sermão.

Houve, sim, uma época em que tal não sucedeu devido a ter havido uma desordem, junto ou no interior da capela, e esta ter ficado interdita durante alguns anos.

Seria no decurso desse período transitório que Pinho Leal recebeu a informação que reproduz? Não sabemos. Mas, após este indispensável esclarecimento, continuemos a reproduzir o notável depoimento inserto no «Portugal Antigo e Moderno», agora referido ao estranho caso das possessas.

(38) Capítulo 2.º, pág. 18.

«Todas as mulheres que se julgam ocupadas por espíritos diabólicos, ou por almas do outro mundo, aqui vem, na esperança de curar-se, fazendo «grandes trejeitos e momices e dando grandes berros, apenas avistam a capela do santo, mas, seus parentes as arrastam à força até ao altar, onde depois de gritos e contorsões violentas, se acalmam, o que é sinal de que os maus espíritos as abandonaram.

Depois fazem romaria a S. Bartolomeu, em volta da sua capela, umas de pé, outras de joelhos, muitas com velas nas mãos, que depois oferecem ao santo.

Também aqui concorrem bastantes «benzedeiros» que, abusando da credulidade desda gente simples, lhe vão extorquindo o dinheiro que podem».

Temos que convir que se trata dum quadro perfeito, o qual demonstra à evidência que Camilo nada inventou, quanto à cor local, para o seu conto «Como Ela o Amava», e para outras narrativas de que falaremos.

Falta-nos, contudo, efectuar ainda mais duas transcrições, para trasladarmos para este estudo o essencial do interessantíssimo e completo testemunho que Pinho Leal estampou no seu «Portugal Antigo e Moderno».

Vamos, portanto, transcrever, em primeiro lugar, os períodos, aliás assaz longos, que se referem às costumadas contendas entre os romeiros:

«Há sempre aqui por essa ocasião graves desordens, por causa da emulação dos minhotos contra os transmontanos e estes contra aqueles. Os dois bandos ocupam o território das suas províncias, uns na esquerda, outros na direita do rio.

Na tarde do dia 23 é que principiam as disputas, sobre qual das duas províncias ficará vencedora. Muitas vezes, ainda de dia, há braços e cabeças quebradas, mas nessa noite é infalível a pancadaria.

A ponte, que de dia está cheia de romeiros, fica despoçada ao sol posto. Tomam-se posições de um e doutro lado, e o princípio da desordem é, de um lado, — «Viva o Minho!» — e do outro — «Viva Trás-os-Montes!» — isto por muitíssimas vozes e em grandes berros.

Os da margem esquerda dizem aos contrários — «Andai à fonte!» — os da direita respondem-lhe — «Andai ao Santo!».

Ouve-se de um e outro lado um vivíssimo tiroteio, que quase sempre dura toda a noite.

Muitas vezes os contendores avançam até ao meio da ponte, e ali principia a pancadaria, facada e pedrada, resultando sempre muitos ferimentos e contusões e até às vezes mortes».

Como se vê, Camilo não necessitou de inventar os factos para o indispensável dramatismo à sua primorosa narração do «Como Ela O Amava!».

Note-se ainda que o conto camiliano veio a lume em 1863 e somente uma década depois, em 1873, é que se iniciou a publicação do «Portugal Antigo e Moderno».

Não houve, portanto, qualquer inspiração do romancista no dicionarista, mas unicamente a directa observação camiliana da romaria de S. Bartolomeu.

Mas, já agora, queremos concluir a transcrição deste saboroso trecho acerca da ponte de Cavês, com vista a focar um pormenor a que Camilo não se refere mas que não deixa de ser interessante e elucidativo por se ligar a um ritual de «banho santo» ou milagroso, aliás muito difundido em todo o país. Escutemos então a última parte deste curioso relato: «Tem o povo daqui a firme crença de que a água da fonte de que falei, bebida na manhã do dia 24 (dia do santo) antes do nascer do sol, livra de todas as moléstias presentes e preserva das futuras, pelo que logo de madrugada (hora a que os ânimos estão mais sossegados) começa a afluir gente de todos os cantos do arraial, a encher garrafas, potes, cântaros e todas as mais vasilhas que podem haver.

Também ali levam crianças a banhar-se sendo do «ritual», lançar a camisa delas pelo rio abaixo, onde outros já a estão esperando».

Finalmente é sumariamente descrito o epílogo da festa, nestes concisos termos: «Pelo meio do dia 24, despova-se o arraial e lá vão todos para as suas casas, uns contando façanhas, outros protestando desforra para o ano seguinte, protestos que raras vezes esquecem».

12 — A PONTE DE CAVÊS NO «GUIA DE PORTUGAL»

O que não conseguimos perceber é a razão porque o snr. dr. Sant'Anna Dionísio, no «Guia de Portugal» ⁽³⁹⁾, atri-

(39) V — «Trás-os-Montes e Alto-Douro», Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, S/D, págs. 330/331.

bui inspiração camiliana a esta descrição do «Portugal Antigo e Moderno», quando o seu autor nem ao de leve se refere ao romancista.

Porque Pinho Leal foi sempre muito escrupuloso em declarar quem foram os seus informadores. Além disso a descrição constante do *Dicionário* é muito mais detalhada e completa do que a camiliana.

Portanto parece-nos muito mais curial e objectivo supôr que ela dimanou doutra fonte de informação, porventura do pároco local, aos quais Pinho Leal recorria com frequência, quando não tinha qualquer outra fonte de informação. Teria sido assim? Ignoramos. Todavia o snr. dr. Sant'Anna Dionísio, que a transcreveu em parte, acrescentou-lhe mais alguns pormenores decorrentes da sua observação pessoal, como sejam os do aspecto e das dimensões actuais da ponte de Cavês, as quais passamos a transcrever: «Descendo um pouco, estamos, finalmente, junto do rio, sobre a ponte de Cavês (mon. nac.). Vale a pena parar aí alguns instantes, para contemplar a sua elegante e robusta estrutura. Obra magnífica de granito, de cinco arcos desiguais, de ponto subido, defendidos, do lado do montante, por três possantes talhamares.

É uma obra magistral, de raízes medievais (sec. XIII). A sua construção ter-se-ia concluído no ano de 1266, da era de César (1228 da era de Cristo).

Do lado de jusante, os tímpanos são reforçados por agigantados pilares adossados. O arco do centro é o de maior envergadura (25 metros de altura e 12 de larg.). É esse arco o que recebe o resguardo dos dois mais poderosos talhamares. O tabuleiro, de sete passos de largura, percorre-se com 85 passos amplos. No parapeito, com gradeamento metálico, assenta uma cornija apoiada em cachorrada» (40).

Vimos já que o gradeamento metálico, a que alude este autor, data da trovoada e tromba de água de 1959, pois, anteriormente, o resguardo da ponte era constituído por um forte muro de granito.

(40) *Obr. e vol. cit.*, pág. 330.

13 — NA «MARIA MOISÉS»

Mas não foi somente no conto «Como Ela o Amava!» que Camilo se serviu do sugestivo cenário da ponte de Cavês e da sua famosa romaria de S. Bartolomeu, para lá colocar algum episódio da sua prodigiosa efabulação literária. Assim, em Maria Moisés, uma das *Novelas do Minho*, publicada em dois pequenos tomos em 1876 e 1877, lá vamos encontrar novas referências ao mesmo tema do esconjuro das almas penadas e ao das tradicionais desordens entre os romeiros das duas províncias contíguas. Tinham passado já mais de trinta anos sobre a remota data da sua mocidade, a qual assistira ao estranho espectáculo daquela tumultuosa romagem, mas ainda não se lhe delira da memória a recordação do que então observara.

Convém ainda frisar que a acção de «Maria Moisés», uma das mais notáveis produções camilianas, é inteiramente passada em Ribeira de Pena, portanto a dois passos da ponte de Cavês.

Assim — entrando agora no fictício entrecho da novela — quando, por ocasião da morte da Josefa da Lage, o escrivão do juiz de paz vai desanojar o pai da morta, trava com um «minorista da Póvoa», povoação penata ainda hoje existente, o seguinte diálogo:

«— Você conhecia esta rapariga, padre Bento? — perguntou o funcionário ao minorista.

— Via-a uma vez na romaria de S. Bartolomeu, fez um ano em 24 de Agosto. Assisti-lhe aos exorcismos na capela do santo.

— Ah! conte-me isso... ela tinha demónio no corpo? Note você, padre Bento, que os espíritos maus quase sempre se feram nos bons corpos!» ⁽⁴¹⁾.

E o diálogo prossegue ainda por bastantes mais períodos — mas agora já sem interesse para o nosso tema — até concluir, dada a insistência do locutor leigo, com a afirmação peremptória do padre Bento de «Que Josefa, quando foi exorcismar-se à capela de S. Bartolomeu, a Cavês, não tinha no corpo o espírito imundo» ⁽⁴²⁾.

Assinalemos agora nova referência à romaria de S. Bartolomeu existente no segundo tomo da formosa novela, mas

(41) 1.^a Ed., 1876, Primeira Parte, pág. 26.

(42) Ibid., pág. 28.

esta relacionada com as costumadas desordens, ou disputas, de minhotos e trasmontanos: «A filha que Isabel, mulher do Bragadas, amamentava, quando o marido lhe levou a engeitada, era agora uma guapa moça de quem Maria se afeiçoara fraternalmente. Joaquina, posto que pobre, fora pedida por um lavrador abastado de Cavês, deviam casar no S. Miguel, depois das colheitas; mas na noite de 24 de Agosto, quando em Cavês se festejava o S. Bartolomeu, os festeiros do Minho brigaram com os de Trás-os-Montes segundo o bárbaro estilo daquela romagem. O tiroteio de ambas as margens do Tâmega principiou às dez da noite. Ao romper da alva, os turbulentos acometeram-se peito a peito de clavinas engatilhadas, e dos dois valentes que caíram mortalmente feridos na ponte, um era o noivo de Joaquina. A rapariga ainda o viu moribundo; quis despenhar-se da ponte, e foi levada sem alento para casa da mãe do morto, que a tratou com o amor que tinha ao filho. Volvidos alguns dias, tornou para casa dos seus pais. Maria Moisés deu-lhe uma cama em sua casa, e fez-se a sua enfermeira moral; todavia as angústias da rapariga recresciam, e o propósito do suicídio fervia-lhe nas meias confidências à sua benfeitora» (43).

É flagrante como os dois textos camilianos que acabamos de transcrever reeditam, singularmente, o dramatismo das duas situações emocionais já expressas no conto «Como Ela o Amava!»: o das endemoninhadas de S. Bartolomeu e o das desordens assassinas e suicídios da ponte de Cavês.

14 — «O LUBIS-HOMEM»

Mas, se, enquanto Camilo foi vivo, apenas eram conhecidos os dois textos já transcritos referentes à ponte de Cavês, outro tanto já se não pode dizer após ter sido publicada, em 1900, a comédia «O Lobisomem». Escrita pelo romancista em Lisboa, em 1850, e logo vendida pelo seu Autor a Jorge Augusto de Sousa, este último não tardou a trespassar os seus direitos ao editor Campos Junior, acabando, após várias revendas, por ir parar às mãos dos livreiros Guimarães, Libânio & Ca., os quais a fizeram vir a lume na data já indicada, valo-

(43) 1.^a Ed., 1877, Segunda Parte, págs. 28 e 29.

rizando-a com um revelador prefácio de Alberto Pimentel, um dos mais fervorosos e entusiastas patriarcas do camilianismo.

Ora tão notável polígrafo, embora esclarecendo que: «O Lobisomem não vem acrescentar a glória literária do grande escritor, o que aliás seria inútil, porque a opinião pública já lhe concedeu o título de primaz» ⁽⁴⁴⁾, adianta, contudo, no período subsequente, uma elucidativa informação. Diz ela assim: «Mas tem essa comédia um alto valor psicológico, sobretudo biográfico, porque o autor, retratando-se a si mesmo no papel de protagonista, o estudante disfarçado em lobishomem, fez-se rodear de todo o cenário que circunscreveu a sua vida em Ribeira de Pena, no tempo em que ali casou com Joaquina Pereira, do lugar de Friúme» ⁽⁴⁵⁾.

Na verdade, o futuro romancista é o herói, ou personagem principal desta incipiente peça teatral, sob o elegante e fidalgo nome de Carlos de Ataíde e Valadares Tinoco, o qual é estudante de «gramátegias» hospedado e a aprender na casa ou residência do «Senhor Vigário» (Padre Manuel da Lixa ou Padre Manuel Rodrigues).

Além disso o personagem «João da Eira» representa o sogro de Camilo, Sebastião Martins dos Santos, assim como 'Mariana', a filha de João da Eira, é Joaquina Pereira da França, a fugaz e desventurosa primeira mulher de Camilo.

Quanto à acção, dividida em três actos, é, pelo que toca aos dois iniciais, inteiramente passada em Ribeira de Pena.

Assim, o primeiro, desenrola-se numa eira da povoação da Reboriça, ainda hoje existente na freguesia de S. Salvador, e tem lugar no decurso duma noite de «Espadada» ou «Espadelada», ou seja, o acto de estomentar o linho.

Claro que o dono da referida eira é o abastado, mas algo ingénuo ou lorpa lavrador que tem esse mesmo apelido. No enredo entram ainda uns «Encamizados de Escarei» — outra aldeia da aludida paróquia — uma estúrdia composta de vários instrumentos musicais, diversos camponeses e camponesas e, sobretudo, o casal dos namorados, Carlos e Mariana, o primeiro dos quais, para melhor conseguir os seus fins, se disfarça de Lobishomen.

Quanto ao segundo acto, tem por cenário o próprio adro

(44) «O Lubis-Homem», Lisboa, 1900, pág. III.

(45) Ibid., págs. III e IV.

ou «amêda», da igreja de S. Salvador de Ribeira de Pena, erguida no então denominado largo do Rosário, acrescida da fantasista novidade de lá se situar a residência paroquial, o que não é exacto.

Um festivo casamento está saindo do templo, sendo os noivos aclamados pela multidão, aos quais as moças lançam flores e os rapazes saúdam disparando os seus bacamartes.

Entre umas e outras vêem-se os figurantes da «espadada» da Reboriça, vestidos de festa, não faltando também o «senhor João da Eira, com o seu imenso casaco azul e sem gravata». Conta-se ainda entre os presentes «o reverendo pároco da freguesia, de estola e sobrepeliz». Seguem-se naturais manifestações de júbilo próprias destes momentos solenes, havendo até descantes das raparigas, aliás propostas pelo próprio «vigário» (sic).

Passada esta cena inicial e retirada a massa dos convidados, fica apenas o João da Eira, o qual deseja falar em particular com o sacerdote. Ora o lavrador começou por lhe dizer que o «lobishomem» que lhe entrevou a mulher e lhe endemoninhou e derrancou a filha Mariana «é o «estudante das 'gramétegas' que V. Sa. tem a ensinar»!

Seguem-se diversos diálogos, nos quais o João da Eira explica ao padre o porquê das suas desconfianças, até que, no final desta segunda cena, aparece Carlos de Ataíde de regresso da caça e reunindo ruidosamente a sua matilha.

Então o padre-mestre chama severamente à pedra o estudante relapso, na presença de João da Eira, o qual, aliás temeroso dos pretensos e falsos poderes diabólicos de Carlos, se quis ausentar logo que o sentiu.

Claro que o sacerdote, muito ao invés do João da Eira, não acredita, nem num milímetro, nos apregoados poderes sobrenaturais do seu tutelado e discípulo, e comina-o a deixar em paz a mulher e a filha do lavrador e a não se tornar «além de indócil, motejador».

Finalmente, depois de Carlos sair invocando os mortos para que viessem testemunhar que ele não era o lobisomem visto ou entrevisto, retira-se também João da Eira, não sem que tivesse dado tempo ao estudante para que ele e um seu criado se disfarçassem, sucessivamente, de almas penadas, embrulhando-se num lençol e pintando o braço de óca, com o intuito de o atemorizar, o que de facto conseguiram.

Todavia nada deste ingénuo enredo teria interesse para a consecussão deste estudo se não fora o desfecho da efabulação camiliana desta comédia, escrita apenas sete anos após o futuro romancista ter partido destas sertanejas paragens do Alto-Tâmega, aliás bem próximas da Ponte de Cavês e da sua anual e famosa romaria de S. Bartolomeu.

Escutemos por isso, acerca de tal desfecho, Alberto Pimentel, em mais dois passos do seu revelador prefácio, ao qual já fizemos menção: «Abre o 3.º acto com a romaria de S. Bartolomeu, outro quadro vivíssimo de costumes populares» ⁽⁴⁶⁾.

Depois, passados alguns períodos, pormenorisa: «João da Eira, supondo a filha obsessa, leva-a à romaria de S. Bartolomeu para ser exorcismada.

Toda a cena em que a Mariana é compelida a deixar que o padre lhe ponha fora do corpo o diabo, copiou-a Camilo da natural — é uma descrição fiel de um facto a que têm assistido todos quantos concorreram já, no norte do país, a uma romaria de S. Bartolomeu» ⁽⁴⁷⁾.

Posto assim o problema vejamos, agora, como o escritor iniciou este último acto da sua curiosa comédia, transcrevendo as elucidativas referências ao aspecto que deveria ter o cenário para dar uma ideia nítida da romaria em causa.

Claro que nos é lícito supôr que as tinha observado em 1842, quando lá se deslocara como curioso romeiro. Escreveu ele assim: «O palco, na sua maior extensão, representa a descida de uma serra, formando uma esplanada em que assenta um arraial ou romaria. A encosta da montanha é acessível e praticável. O arraial no Minho varia, em costumes, muito pouco das outras províncias. Compete ao ensaiador idear o que lhe parecer além dos tabuleiros de beberagens, casas de pasto abaracadas, pipas de vinho dispersas, tabuleiros da 'roda da fortuna', jogadores da 'vermelhinha' cercados de parvos, turbas circulando em romaria à igreja. Desta, a frontaria deve ser bem reintrante nos bastidores para não empecer a extensão do arraial. À porta da mesma está S. Bartolomeu, santo volumoso, de ferro, e orago da freguesia, com o seu tabuleiro de flores, e moedas de cobre, que os romeiros devotamente lançam quando passam. Este santo é escoltado por dois homens d'opa

⁽⁴⁶⁾ Ibid., pág. XXI.

⁽⁴⁷⁾ Ibid., pág. XXII.

vermelha e lenços atados à cabeça. É imenso o estrépito de bombos, rabecas, violas e varetas. Duas 'estúrdias' (que são organizadas por aqueles instrumentos e grande séquito de povo) atravessam a cena e fazem romagem em torno da capela. Na primeira avultam os representantes do 1.º acto, na 2.ª outras figuras. As cantigas são ao arbítrio da direcção pela parte musical. As estúrdias, depois de algumas voltas, fazem junção ao pé das pipas de vinho. João da Eira destaca-se então dos grupos com sua filha, cuja fisionomia é abatida e magra» (48).

Não se pode dizer que Camilo não fosse pródigo em conselhos e indicações dadas aos futuros ensaiadores e cenógrafos desta sua comédia. Porque o ambiente do arraial de Cavês está descrito com mãos de mestre, embora não muito venerando, pois tinha à data desta sua factura apenas vinte e cinco anos de idade. Há todavia a excepção de S. Bartolomeu ser de ferro, porque, tal qual como agora, havia então na capela duas imagens do santo padroeiro, uma de pedra, sobre o portal de entrada, outra de madeira, existente no respectivo altar. De ferro é que nunca lá houve alguma!

Quanto à acção do terceiro acto, diremos que as suas três primeiras cenas se desenrolam à volta dos «inzorcismos» (sic) de Mariana. Esta por forma alguma quer ser exorcismada, e o que deseja é regressar a casa. Mas seu pai, João da Eira, firme o seu deliberado propósito, como não a pudesse arrastar sozinho até à capela, pede o concurso do Manuel do Portelo, espécie de candidato suplente à mão da rapariga.

Por fim aparece um sacerdote que se presta a efectuar os esconjuros, em termos que reputamos particularmente interessantes por serem característicos de tais actos e que por tal razão passamos a transcrever: «Padre (aspergindo água benta) — Espírito! eu te requiero em nome das Três Pessoas da Santíssima Trindade. Ou tenhas entrado de telhas abaixo, ou portas acima, de noite ou de dia, às claras ou às escuras, na água ou na terra, na comida ou na bebida, no vestir ou calçar, em seda ou linho, ou estopa, ou qualquer matéria de fiacção...» (49).

Neste momento solene do esconjuro se ouviu, pela segunda vez, o casquinar duma risada escarninha, solta por «um manco bem trajado com meio rosto tapado por um lenço branco»,

(48) Ibid., pág. 63.

(49) Ibid., pág. 68.

que imediatamente se sumiu por entre a multidão, provocando o desespero de Mariana, a qual exclamou estar ele — Carlos d'Ataíde, seu sedutor — a rir-se dela.

Mas este episódio passa despercebido aos circunstantes, incluindo o sacerdote, os quais cuidam mas é que o pretenso 'espírito' saíra afinal do corpo da possessa!

Por isso o padre diz ao João da Eira: «Pode ir com Deus. Esta rapariga já não tem espírito», afirmação esta que o jubiloso palonso recompensa com um «Deus lhe dê saúde e perdoará!» — metendo-lhe ainda na mão uma espórtula em dinheiro. Também não faltou o indispensável concurso da granítica imagem de S. Bartolomeu — a tal de pedra e de bom tamanha do «Como Ela o amava!» — com a qual o povo quase que esmagava a cabeça da padecente!...

Finalmente tudo se esclarece nas últimas cenas do acto, acabando Carlos de Ataíde por casar, ali mesmo, na capela de S. Bartolomeu, com Mariana da Eira.

Pena é que a extensão deste terceiro acto não nos permita transcrevê-lo integralmente, porquanto tal trecho de prosa camiliana dar-nos-ia com nitidez a medida da minúcia com que o escritor observara e conhecia as crenças, os usos e os costumes da população concorrente a esta singular romaria de S. Bartolomeu de Cavês, anualmente celebrada durante a noite de 23 para 24 de Agosto, dia em que o diabo anda à solta!

Porque, na sua essência, a comédia «Lobishomem» é, como aliás muito bem opinou Alberto Pimentel, uma espécie de parafrase do casamento camiliano de Friúme, misturada com as reminiscências que o romancista perduravelmente conservou dos seus contactos com a romagem da ponte. Também não é igualmente de excluir outro asserto do eminente autor de «O Romance do Romancista», quando alvitra que tal peça teatral poderia ter revestido, inicialmente, a forma dum dos tão falados «entremeses» compostos por Camilo em Friúme. Isto se eles alguma vez existiram!!

15 — DUAS ORAÇÕES DA TRADIÇÃO ORAL

Que as excelsas virtudes milagrosas do venerável S. Bartolomeu, da Ponte de Cavês, tiveram farta audiência entre as populações da vasta zona das terras de Basto e de Aguiar da Pena, não nos resta a menor dúvida.

Prova-o, por exemplo, uma curiosa oração dedicada ao referido taumaturgo, a qual foi recolhida por meu pai da tradição oral, aqui em Ribeira de Pena, em Agosto de 1927.

Vamo-la reproduzir, não só a título de curiosidade como também por se ligar com a finalidade principal deste estudo e ainda para que os seus típicos dizeres porventura se não percam inteiramente.

Conservamos-lhe textualmente a ortografia e o título com que a encontrámos e cuidadosamente a temos guardada:

«Ponte de Cavês»
«Oração a São Bartholomeu»

São Bartholomeu!
Comvosco me quero eu!
Sois o meirinho das Almas,
Que prendeis e soltaes...
Prendei os meus inimigos,
Pra que me não persigam mais...

São Bartolomeu
me disse:
Que me deitasse e dormisse
Que não tivesse medo a homem,
Nem a medonho.
Nem a unha esturrinhada!
Que me deitasse e dormisse
Muito bem descansada!

Ora a acreditar numa enraizada crença indígena, bem necessitava o vulgo providencial protecção do misericórdioso senhor S. Bartolomeu, porque aqueles lugares da Ponte de Cavês e das suas cercanias eram então algo endiabrados!...

Porque, poucos quilómetros andados no sentido do Arco de Baúlhe, numa curva da rodovia existente logo após a aldeia de Parada, há um pequeno pontão lançado sobre um insignificante córrego, mas pomposamente apelidado na toponímia local de «Ponte do Inferno»!

O sítio, diga-se de passagem, é isolado e triste e o leito da torrente é fragoeiro e irregular, com profundas marcas cavadas na rocha, uma das quais, mais desmesurada e horripilante, é até apelidada de «Pegada Má»!

Ali, ao que parece, acreditavam outrora as ingênuas e timoratas gentes, que vinha o mafarrico exercitar as suas malas-artes, em noites de profunda e temerosa invernã!

Por isso alguém, sabedor de tão absurda como fantástica crença, compôs a lenga-lenga que a seguir reproduzimos, a qual tem todo o sentido dum curioso apólogo popular:

«Vae! No Inferno Accordarás:
Dada meia-noite t'erguerás,
Pra Pegada-Má caminharás,
Sobre teus passos retornarás,
A meio caminho pararás,
E para Norte te voltarás.
No Altar do Diabo ouvirás
A missa-negra de Satanás!
Avança sem olhar para trás:
Coração de Judas acharás,
Sem medo a meio d'elle cavarás,
Ante-Mantinas encontrarás
Com que o Mundo dominarás!
É certo que a Alma venderás
E no Fôgo-Eterno penarás» ⁽⁵⁰⁾.

Ignoro completamente se alguém, dominado ou imbuído por tão estranha superstição, já se deu ao trabalho de seguir à risca o satânico itinerário nela prescrito. Julgo, todavia, que não. E, conseqüentemente, penso que este apólogo deve antes ser encarado como um aviso ou uma forma demonstrativa das limitações éticas a que, segundo a moral cristã, está necessariamente sujeita a condição humana de quem, porventura, desejar ter um recto e honesto procedimento.

16 — O CAPITÃO DE VIDOEDO

Terminadas estas considerações, estive mesmo meio tentado a fechar aqui o meu rosário de recordações e de notícias referentes à Ponte de Cavês e do seu relacionamento com a produção literária camiliana.

(50) Original em meu poder.

Mas, depois, lembrei-me que ainda poderia ajuntar mais algumas notas, embora breves, acerca de «Os Mistérios de Lisboa» e duma figura histórica da terra de Aguiar da Pena que o romancista neles transformou, algo fantástica e ilusoriamente, num modesto pegureiro de treze anos, o qual, em 1762, apenas com o seu arrojo e ardil, derrotou e fez fugir os espanhóis dos cimos planálticos do Alvão!...

E dizemos algo fantástica e ilusoriamente, porque o verdadeiro autor do feito em causa foi o Capitão Manuel Luís Gonçalves Pipa, senhor da Casa de Vidoêdo e comandante da Companhia de Ordenanças da freguesia de Gouvães, e suas anexas, no concelho de Vila Pouca de Aguiar.

Passou-se o caso, de facto, na campanha de 1762, estando o agigantado e heróico montanheiro do Alvão de guarnição na vila sede do seu município e tendo atacado a vanguarda duma coluna de tropas espanholas pertencentes ao exército do marquês de Sárria, a qual retirava de Vila Real para Chaves e pretendia entrar naquela mencionada vila.

Colhidos de surpresa os «Castilhanos e Mingaletes» — estes últimos formando a mercenária guarda alemã do rei católico — cuidaram estar envolvidos entre dois fogos inimigos.

Pensavam eles que além das tropas de Cary — um irlandês ao serviço de Portugal — que haviam atravessado o Douro na Régua, se tinham igualmente de haver com o destacamento do Governador das Armas de Trás-os-Montes, general Francisco José Sarmiento, que havia retirado, aquando da invasão espanhola, dadas as diminutas forças de que dispunha, para os aros da aldeia da Arosa, sita nos arredores da Ponte de Cavês.

Estabelecido que foi tal pânico entre os seus contrários, fácil se tornou às bisonhas mas decididas ordenanças do Capitão de Vidoêdo, matar numerosos dentre eles e aprisionar dezoito, tresmalhando-se os restantes e retirando tumultuariamente para Chaves através de ínvios e ignorados trilhos.

Isto tudo alega o já aludido Capitão Manuel Luiz Gonçalves Pipa, num expressivo requerimento, cujo original possuo.

Mas o mais valioso e singular é que o citado Governador das Armas apôs nele o seguinte elucidativo despacho: «He verdadeiro coanto o Supcc.te alega em seu requerimento. E se fes digno de toda a atenção do Real Serviço. Aroza 14 de Junho de 1762. Sarm.to».

Foi, portanto, nas imediações da Ponte de Cavês, aonde o general Francisco José Sarmento ainda estava estacionado com a sua coluna de observação, que o esforçado e destemido Capitão de Vidoêdo foi buscar o documento de que necessitava «para certos requerimentos que tem para ante Sua Magestade», como aliás ele expressamente declara na petição que temos vindo a analisar.

Ora tais pretensões, ou requerimentos, culminaram, em 19 de Junho de 1764, com a obtenção duma carta de brasão dos apelidos dos Gonçalves e dos Costas, tendo como timbre, por ser o da varonia, o leão rompante das armas dos primeiros e por diferença uma brica de ouro com um 'M' de negro⁽⁵¹⁾.

Vê-se, portanto, até aonde voou a fantasia literária do romancista quando em 1854 — onze anos após de deixar definitivamente estas paragens de Aguiar da Pena — escreveu em «Os Mistérios de Lisboa»: «Conte lá essa história cá ao senhor, que há-de gostar.

— Pois lá vai... O fidalgo não viu aí na porta do carro uma pedra d'armas, com quatro cabras por escudo e um tambor por timbre?

— Como entrei de noite...»⁽⁵²⁾.

Não vale a pena continuar com a transcrição desta fantástica efabulação camiliana, até porque o seu completo desenrolar nos levaria muito longe, desviando-nos do objectivo principal deste estudo.

(51) Presentemente encontra-se tal brasão publicado no número 79 do «Suplemento aos Brasões Inéditos», do dr. José de Sousa Machado, Braga, MCMXXXI, Ed. do Autor, tipografia Central, pág. 33, por meu pai, dr. Francisco Canavarro de Valadares, lho ter comunicado, como aliás o autor expressamente declarou no final dessa apostila, a pág. 55. O brasão em causa é do teor seguinte: «79. Manuel Luís Gonçalves Pipa, Capitão de Ordenanças e natural do lugar de Viduêdo, freguesia de Gouvães da Serra, concelho de Vila Pouca de Aguiar, filho legítimo do Capitão Miguel Gonçalves Pipa e de sua mulher Maria Luíza, moradores no mesmo lugar de Viduêdo. neto paterno de Domingos Gonçalves Pipa e de sua mulher Senhorinha da Costa, moradores que foram no lugar de Carrazedo de Alvão, freguesia de S. Tiago de Soutelo, neto materno de Domingos Gonçalves Luiz e de sua mulher Izabel Gonçalves, moradores que foram naquele lugar de Viduêdo. Gonçalves e Costas. D. uma brica de ouro com um M de negro. B. p. em 19 de Junho de 1764. Registado no mesmo dia no Cartório da Nobreza, a fl. 108 do Livro dos Brasões».

(52) *Obr. cit.*, 7.^a Ed., Lisboa, Parceria António Maria Pereira, 1905, Vol. 2.^o, pág. 102.

Diremos, todavia, que não é absolutamente nada disto o que ainda hoje lá se ostenta, mas muito simplesmente os heráldicos leões dos Gonçalves e as aristocráticas costelas dos Costas, sobrepujadas por um capacete de fidalgo-cavaleiro e ladeados por duas trabalhadas e artísticas colunas terminadas em pirâmides. Tudo encima uma larga porta carral, apoiada no lado esquerdo numa grossa parede de sólida mas algo primitiva cantaria, coroada de toscas ameias, e do lado direito num vulgar muro de pedra solta.

E assim se encontra, há séculos, esta camiliana mansão de Vidoêdo, enfrentando, sempre firme, as ásperas e desabridas invernias do planalto do Alvão, com os seus fartos e prolongados nevões e a sua quase ciclónica e habitual ventania, entremeada por copiosas bátegas de água.

Acresce, também, caso singular agora já algo raro, que a casa do «Grã-Capitão» ainda se encontra na posse da progénie dos seus descendentes. Direi, por último, que este curioso episódio camiliano já está esclarecido por meu Pai há quase seis décadas, precisamente desde o remoto ano de 1920, em que ele publicou em a «Gazeta da Figueira» o seu estudo histórico-genealógico intitulado «Os ascendentes de Pedro Fernandes Thomaz» ⁽⁵³⁾.

Porque — por mais incrível que tal pareça! — este ilustre folclorista, e seu irmão, o insigne bibliófilo Aníbal Fernandes Thomaz, procedem não só do vulto liberal Manuel Fernandes Thomaz, como também do rude mas valente opositor de castelhanos e de miqueletes, que foi o lendário Capitão de Vidoêdo.

E, já agora que estamos em maré de genealogias, diremos, também, que igualmente deles descendem o malogrado neto do folclorista, o poeta e professor doutor Joaquim Fernandes Thomaz Monteiro Grilo, literariamente conhecido pelo seu pseudónimo de «Tomaz Kim», e até a mais jovem componente da equipe da cidade de Braga aos «Jogos sem Fronteiras», que neste ano da Graça de 1979 foi à Suíça representar Portugal! Surpresas e incongruências dos estudos genealógicos...

Mas, acabando com esta pequena divagação e regressando ao entrecho dos «Mistérios de Lisboa», diremos ainda que existe, no seu segundo volume pelo menos, um outro passo no

(53) N.º 2899, ano 29.º, de Quarta-feira, 28 de Abril de 1920. Bi-semanário da Figueira da Foz.

qual se fala na ponte de Cavês. É precisamente aquele em que o protagonista da emaranhada novela, perdido na serra adusta do Alvão, vai parar à humilde aldeia de Vidoêdo: «Nove anos depois, Sebastião de Melo, em uma das suas excursões por países estranhos, entrava em Portugal pela fronteira do Norte. Por esse tempo, um estranho, na província de Trás-os-Montes, corria perigo de ser arcabuzado apenas a voz 'jacobino' fosse proferida e um dedo apontasse a vítima.

Sebastião de Melo, por desvios tortuosos, procurava ganhar as alturas do Alvão, para descer à Ponte de Cavês, onde as tropas portuguesas lhe garantiam segurança» (54).

Além disso, aparecem no complicado decorrer da romanesca efabulação dos «Mistérios de Lisboa», uns supostos titulares, entre os quais ao lado de alguns que nos recordam as terras de Pena e de Aguiar, como os marqueses de Alfarela, de Santa Eulália e de Simães, ou a condessa de Picanhol, outro ligado a bens da família paterna, ou seja o de marquês de Montezelos — e, finalmente, dois, a condessa da Aroza e o conde de Cavês, cujas respectivas designações o romancista foi buscar aos arcanos das suas reminiscências juvenis (55).

17 — A HISTÓRIA DO PREGO

Parece-me que desta vez se esgotou o meu caudal de conhecimentos históricos, genealógicos e literários relativos à ponte de Cavês, e ao seu alfoz. Por isso eu deveria terminar aqui este desfiar de recordações, o qual me tem trazido, há tempos, simultaneamente entretido e enleado com o trabalho de as reunir, desfiar e esmiuçar nestas laudas.

Existe, contudo, ainda uma reminiscência que não foi aproveitada e trazida ao pretório deste julgamento ou apreciação. Pois trata-se exactamente daquela que será talvez para mim a mais querida e apreciada de todas!

Porque — relembro-o agora enternecidamente! — quantas vezes escutei, embevecido, tal história, nos tempos já brumosos da minha infância e até da minha juventude...

(54) *Obr. cit.*, 7.^a Ed., vol. 2.^o, pág. 99.

(55) *Obr. e edição cit.*, vol. I, págs. 190 e 201/202.

Apenas tenho sincera pena de não a poder agora reproduzir textualmente, com tantos pormenores como a ouvi então contar a meu Pai, o qual, embora não tivesse sido sua testemunha presencial, a escutara, contudo, a boca de quem o fôra.

Ora esta «História do Prego», que é como se denomina tão estranho como picaresco episódio, passou-se há muito mais de um século na «Casa da Ponte de Cavês», num dia 24 de Agosto, festa de S. Bartolomeu, em que o diabo anda à solta!

E para que o caso seja cabalmente compreendido começaremos por recordar, como aliás já assinalámos neste estudo, o facto da interrupção episódica da festividade religiosa por motivo de barulhos e desacatos havidos nas imediações, e até no interior da capela de S. Bartolomeu, a qual era, e é ainda hoje, propriedade particular da estirpe dos Carvalhos dos Santos, donos da Casa da Ponte. As rixas, por vezes sangrentas e mortais, começavam sempre entre os transmontanos que queriam ir ao Santo, e os minhotos que pretendiam ir à água!

Depois era a pancadaria brava no meio da ponte, às vezes complicada com qualquer despique de valentões de feira, ou rivalidade amorosa, no género daquela que Camilo tão fiel e admiravelmente retratou no seu já evocado conto «Como Ela o Amava!».

Ora o eco de tão lastimáveis acontecimentos subia por vezes, quando eles eram mais clamorosos e graves, até ao conhecimento do senhor Arcebispo Primaz. Então era certo que o templo de S. Bartolomeu entrava num novo período de interdito, com grave desgosto e transtorno para o fidalgo da Ponte, seu proprietário, o qual deste modo ficava sem missa privativa ou qualquer outra solenidade do culto litúrgico.

Assim acontecera, também, a cada passo na primeira metade do século XIX, até que o então Senhor da Casa e da Capela, José Maximo de Carvalho e Souza, resolveu avocar às suas iniciativas e alvedrio a realização da festa religiosa de S. Bartolomeu, limitando-se a uma simples missa cantada, com sermão evocativo das preclaras virtudes do taumaturgo seu orago, apóstolo da Arménia e milagroso curandeiro da obsessa filha do soberano de tão longínquo país.

Para tal conseguir entendeu-se, quanto à missa cantada e às respectivas licenças, com o então vigário da paróquia de Cavês, padre António Gonçalves dos Santos, e resolveu solicitar do mais afamado pregador das redondezas que lhe reser-

vasse todos os anos o sermão deste dia, para ser proferido na capela de S. Bartolomeu.

Era este último o «Egresso da Formoselos», reverendo João Gonçalves de Magalhães Queirós, cuja apregoada fama oratória, ecoando de quebrada em quebrada e reboando de serra em serra, chegara já até à Bracara Augusta, a celebrada Roma Portuguesa, aonde, aliás, abundavam os oradores sagrados, egressos ou não.

Parece-nos, porém, que nesta altura do discurso tenho que efectuar uma pequena pausa a fim de desvendar a alguns dos meus poucos leitores que porventura o desconheçam, o que é que significava aquele esquisito e hoje desusado termo de «egresso», anteposto à terra da naturalidade do Padre Queirós!

Pois não era mais do que o genérico apelidativo com que então se designavam todos os religiosos expulsos dos seus conventos, mercê do famoso decreto de 31 de Maio de 1834!

Foi na verdade uma violenta medida de arbitrário despotismo imposta aos pobres frades inermes pela descricionária vontade do ditador liberal, D. Pedro, Duque de Bragança e Ex-Imperante do Brasil e de Portugal!

Foram eles, assim, os primeiros a provar os ópimos, mas mal sazoados e por isso amaros frutos da liberdade triunfante!

Ora o reverendo padre João Queirós, antigo monge de S. Miguel de Refojos de Basto, recolhera-se à paterna «Casa da Escaleira», em Formoselos, a qual era de abondados lavradores.

Depois, para entreter os seus forçados ócios, os quais não podiam ser somente preenchidos com a quotidiana leitura do seu breviário, tomara entre mãos o «Agiológio Lusitano», do padre Jorge Cardoso, e dera-se ao sagrado mister da pregação, não tardando a colher fartos louros e réditos por as espaçadas terras de Basto e Aguiar da Pena, aonde a cada passo se celebravam lusidas festas de milagrosos oragos e concorridas endoenças e missões de fé e de devoção.

Agora, naquela radiosa madrugada de mais um dia 24 de Agosto, o nosso egresso levantára-se ao romper de alva, na sua alpestre povoação natal, para chegar cedo à capela de S. Bartolomeu, evitando, deste modo, os incómodos do calor que não tardaria a bater de chapa nas encostas do monte cujos últimos pendores iam morrer no Tâmega.

O criado aparelhara-lhe já a égua, de boa andadura, e não tardou em se pôr a caminho. Chegou por isso cedo, ainda com tempo de sobra para mandar dar umas sopas de vinho ao animal e de o acomodar na fresca estrebaria da Casa da Ponte, roendo a sua habitual ração de cevada e tendo na mangedoura farta porção de aromático feno, já provindo da nova colheita.

José Maximo, morgado da Ponte, viera ao seu encontro. Era homem passante dos cinquenta anos, pois nascera em Abril de 1792. Casara recentemente, a 20 de Junho de 1842, na igreja de S. João Batista de Cavês, com uma sua vizinha e ainda aparentada, Dona Maria Carolina Tavares de Meireles Leite Machado, filha de João Tavares de Azevedo Lemos Machado e de sua mulher, Dona Ana Amália de Meireles Leite, donos da ilustre Casa das Cortinhas, sita na aludida freguesia.

Fora um casamento serôdio mas nobilíssimo, visto que a progénie da noiva derivava dum ramo da antiquíssima e famosa estirpe dos Senhores de Entre-Homem-e-Cávado, mas que se havia de revelar estéril, terminando deste modo com a linha directa dos morgados da Casa da Ponte. Que por seu turno José Maximo, também blasonava de ilustre e antiga nobreza, visto ser filho de João Batista de Carvalho do Vale e Vasconcelos, senhor, como ele, da Casa da Ponte e sargento-mor dos Privilegiados de Malta da Comenda de Vera Cruz, e de sua esposa Dona Mariana Luiza de Sousa Boto, oriunda da antiga mansão de Val-de-Figueira, localizada na freguesia de Nossa Senhora do Rosário, da vila duriense de São João da Pesqueira. Uma sua irmã, Dona Maria Benedita, era então a dona deste solar, por motivo do seu casamento, celebrado em 1815, com seu primo carnal Francisco de Sousa Donas Boto.

Convém ainda esclarecer que José Maximo, desde que em 1828 herdara a Casa da Ponte, e sobretudo após ter conseguido restaurar o culto religioso de S. Bartolomeu, padroeiro da sua capela, caprichava em tornar tal data na mais solene e memorável das suas festas familiares.

Assim, afanava-se a convidar os parentes, desde os sogros das «Cortinhas», à irmã e ao cunhado de S. João da Pesqueira e aos primos Pintos Coelho, de Mondim, não falando já da vasta cópia de amigos e de apaniguados de toda a freguesia, desde a Arosa a Moimenta e de Rabiçais a Vila Franca.

Também eram quase sempre certos os donos da Casa do Souto, José César Carvalho do Vale e Vasconcelos e sua mulher

Dona Maria da Conceição Teixeira de Carvalho Magro, provinda da Casa da Arada, em Celorico de Basto, e ainda Dona Maria Miquelina da Conceição Martins de Carvalho, senhora da Casa da Igreja e sucessivamente casada em primeiras núpcias com João Gonçalves, e em segundas com seu primo Francisco de Paula de Carvalho do Vale e Vasconcelos — casais estes ambos parentes próximos da família da Casa da Ponte.

Finalmente, se juntarmos a estes representantes da nobreza indígena os diversos membros da família Pacheco de Andrade, da Casa da Venda do Foral, em Cavês, e ainda alguns outros fidalgos de Basto ou de Pena, como convidados eventuais, variando de romaria para romaria, creio que teremos dado uma ideia aproximada dos assistentes de qualidade a uma festa de S. Bartolomeu da Ponte, na década de quarenta para cinquenta, no século passado.

É evidente que tal avaliação, feita a uma distância de cerca de cento e trinta anos, torna muito aleatório tudo o que acabamos de escrever relativo aos seus possíveis participantes. Mas é todavia muito plausível.

O mesmo diremos, também, quanto ao ágape, ou almoço ajantarado do dia da festa. Porque embora à primeira vista parecesse que poucos recursos devia haver em lugar tão ermo e desprovido dos benefícios da civilização, como então era e ainda hoje é o da Ponte de Cavês, o cardápio da refeição era bastante variado, e até opulento.

Assim, havia a inicial canja de galinha, enriquecida no seu suco com o presunto e os salpicões nativos ou de produção doméstica.

Depois serviriam o tão variado cozido à portuguesa, aonde, além da galinha e das especialidades preparatórias da confecção da sopa, se poderiam ainda apreciar o enchido de sangue, a carne cozida, o arroz de forno e as batatas e os legumes da horta.

Como prato de peixe seriam apresentadas as magníficas trutas do ribeiro de Moimenta e também do rio Beça, o qual se precipita no Tâmega a dois passos da Casa da Ponte e a que Camilo chamou na «História de uma Porta», «as maiores dos córregos riquíssimos de Portugal» (56).

(56) «Noites de Lamego», 3.^a Ed., 1908, pág. 183.

Claro que se não fossem palmeiras, apenas serviam para fritar, já que os grelhados então pouco se usavam.

Mas se fossem das grandes, das de 'barbas' como ainda hoje se apelidam, então eram deliciosas assadas no forno, mas previamente recheadas com presunto. Haveria também escalos e barbos do Tâmega, mas esses, sobretudo, de escabeche, visto que com tal tratamento se lhes diluía o gosto a lódo e se moíam e atenuavam as suas espinhas mais pequenas.

Restava, igualmente, o recurso do bacalhau, de que na Casa da Ponte não deixaria de haver o seu costal, trazido dos negociantes tripeiros do género pelos almocreves de Friúme, que lhe passavam à porta a cada passo e eram vários.

Fazemos tal afirmação porque sabemos, por correspondência da época que possuímos, que o transportavam também para Ribeira de Pena, o «Almoinha», o «Portela» e o «Capateiro» (sic), todos três sediados na aludida povoação, e ainda outros.

Mas se no capítulo das iguarias de peixe não haveria muito por onde escolher, outro tanto não diremos já quanto a pratos de carne, em especial assados, como aliás então sucedia em todas as casas abastadas rurais, fidalgas ou não.

Eis aqui, diga-se de passagem, uma indelmentível prova da superioridade da tão falada «economia de subsistência», em confronto com a não menos invocada «economia de mercado»...

Com efeito, desde os cabritos dos numerosos rebanhos espalhados pelos montados de Moimenta, de Arosa, de Daivões e de Escarei, para não falar senão nos mais próximos, aos frangos, galinhas e perus dos eidos da Casa da Ponte, ou aos leitões das suas pocilgas: — havia uma larga e variada gama de óptimas substâncias alimentares destinadas à confecção de numerosos e gostosos pratos da tradicional cozinha portuguesa.

Isto não falando já da habitual e apreciada vitela assada da região, tanto no espeto como no forno da boroa de milho, sendo neste último caso, não raro, uma perna inteira!...

Como complementos e desenhoadivos da refeição, haveria as saladas de vagens, de pepino ou de alface, criadas na horta da casa, ou de agriões semeados e colhidos nas poças das quintas, ou à beira dos ribeiros e do Tâmega.

E também o recurso às ervas de molho — de há muito usadas na velha cozinha portuguesa — confeccionadas com

ramas de vegetais, desde as folhas de couve galega às dos rabiscos, e às de couve-nabiça até às da fava e da batateira.

Passando finalmente a tratar das sobremesas, não deixaremos de mencionar, logo de início, as populares cavacas de farinha, ovos e açúcar e o louro pão de ló, a que já nos referimos, de braço dado com alguns dos famosos e tradicionais doces de travessa lusitanos. Lembraremos apenas, entre muitos, como dos mais usados, o arroz doce, a aletria, o leite-creme queimado, o pudim de ovos e o pudim de café, não esquecendo o pudim francês, a lampreia de ovos e os pasteis de Santa Clara, as castanhas, as trouxas e os fios de ovos, ou palha de abade — que sei eu?! — numa palavra: toda uma teoria infinidável de doces caseiros e conventuais.

Destacaremos ainda, entre as sobremesas, as frutas da região, em especial a laranja de Cavês, conservada às vezes duma colheita para outra em cima das árvores, como sucedia há tempos no formoso laranjal da Quinta das Cortinhas.

Ora, para acompanhar e regar tão variada ementa, haveria, certamente, o afamado e espumante verde tinto da Casa da Ponte, ou o leve, saboroso e gasoso verde branco de Pedraça.

Quanto aos doces, teriam adequado acompanhamento no belo nectar ou 'vinho fino' de S. João da Pesqueira, trazido em barrilinhos, ou ancoretas, no dorso dos machos, conjuntamente com as bagagens dos Donas Botto, familiares dos morgados da Ponte.

Uma bagaceira, de produção local, e uma aguardente vínica do Douro auxiliariam, porventura, conjuntamente com o café, a difícil digestão deste farto e pantagruélico almoço ajantado, verdadeira e simultaneamente digno de Lúculo e de Frei Colherão!

Demorámo-nos talvez um pouco mais do que desejaríamos a enumerar e a exaltar a imprevista variedade e excelência gastronómica dos almoços de festa da Casa da Ponte de Cavês.

Tais predicados tinham, porém, aumentado grandemente a partir de 1842, data do casamento de José Maximo com D. Maria Carolina.

É que esta senhora, muito mais jovem do que seu marido, soubera imprimir maior dinamismo e perfeição às lides domésticas do velho solar. Por outro lado, como tinha sido educada em Braga, no convento das Urselinas, trouxera da cidade dos arcebispos o gosto pela música e apreciava imenso as peque-

nas reuniões ou convívios em que sucessivamente se dançava e se cantava.

Por isso, em pouco tempo, conseguira atrair à sua isolada residência da Ponte, nos dias de festa, grande parte da juventude elegante de Basto, raparigas e rapazes das mais distintas famílias da região.

Quando viera de Braga trouxera consigo um cravo de martelos, ou clavicórdio, venerável antepassado do nosso piano, o qual, após o seu casamento, transitara das Cortinhas para a Ponte. Com o seu auxílio, e com o de mais três ou quatro amadores musicais apaixonados da viola, da violeta, da rabéca, ou violino ou do violoncelo, improvisara uma pequena orquestra de corda, que servia à maravilha para quem queria e tinha gosto em dançar.

Todavia é tempo de acabar com este bisbilhoteiro inquérito à amável hospitalidade dos senhores da Casa da Ponte, visto que a grave sineta da capela de S. Bartolomeu está convocando os fiéis para a cerimónia litúrgica da missa cantada e do sermão, que se vai celebrar dentro de momentos.

Com efeito, a pesada imagem de granito do taumaturgo já há muito que foi retirada do seu nicho, sobranceiro à porta principal do templo, para com ela serem miraculadas, algo dolorosamente, as cabeças das suas devotas e pacientes.

E muitas delas andam já também rastejando as tradicionais voltas à roda do seu aro, como sinal de devoção ou de agradecimento.

Entretanto iniciara-se a missa cantada, a qual, nesse tempo, como é sabido, era celebrada em latim por três sacerdotes, e para mais, no caso em apreciação, segundo o rito bracarense, o que a tornava um pouco mais morosa.

A meio da concelebração subiu ao pequeno púlpito do templo o Egresso de Formoselos, cuja bela oração sagrada surpreendeu até os fiéis mais cultos e eruditos, visto que ele, de ano para ano, modificava o seu sermão introduzindo-lhe sucessos e episódios, ainda não relatados, da milagrosa e edificante vida do filho de Tolmai.

E assim se foram desdobrando, perante o assombro dos fiéis, alguns dos factos da diligente e venerada biografia do apóstolo da Licaónia, da Albânia, das Índias e, sobretudo, da Arménia, aonda converteu o rei Polímio, curando-lhe a filha que estava possesa.

Todavia Artiages, irmão deste monarca e idólatra contumaz, que reinava noutra parte do país, acabou por lhe conferir a coroa do martírio, mandando-o, primeiro, esfolar vivo e depois, decapitar, horríveis suplícios que o santo sofreu com evangélica e inultrapassável resignação.

Todos estes gloriosos e heróicos lances da vida do taumaturgo, incluindo a raiva do demónio, tão impotente como enfurecido, e também a sucessiva trasladação dos restos mortais de S. Bartolomeu desde a Arménia até à ilha do Tibre, em Roma: — foram focados mercê da eloquente sapiência do padre João Queirós.

Este era um homem de quarenta e tal anos, alto e forte, que naquela adiantada manhã de Agosto suava por todos os poros ao descrever, com tanto conhecimento e aprumo, as excelsas e heróicas virtudes do abnegado mártir.

Finda a missa e depois de se desparamentar na pequena sacristia da capela, encontrou-se o egresso, defronte do altar de S. Bartolomeu, com o pároco Gonçalves dos Santos, ao qual o morgado encarregara de lhe entregar o estipêndio da missa cantada e do sermão.

Ora, mesmo à beira da imagem do padroeiro, ainda se mantinha, com algumas flores, a bandeja ou tabuleiro das esmolas, tal qual o que Camilo fielmente descrevera ao falar do cenário do terceiro acto do «Lobishomem».

Enquanto recebia a paga do seu trabalho e conversava desenfadadamente com o seu colega de Cavês, reparou o padre João Queirós na triste posição do demónio, acorrentado pelo santo e por ele calcado aos pés! Na verdade uma forte grama-lheira de ferro prendia-se a uma golilha de aço, que rodeava o pescoço, e a ponta dum gládio feria-o no ventre!...

A postura do pobre mafarrico, de pequenos chifres e de rabo de peixe, era, assim, caricata e humilde. Apiedado, o frade, tomou do tabuleiro algumas flores que ofereceu ao santo, mas, com uma certa e irónica caridade, colocou também outra entre os dentes do pobre diabo, inteiramente vencido pelas fulgurantes virtudes do taumaturgo! Este curioso e compassivo gesto não passou, contudo, despercebido ao eclesiástico de Cavês, com quem dialogava e que lhe objectou:

— Parece que o padre Queirós está com certa pena do castigo que o venerável S. Bartolomeu está aplicando ao demónio?!

Sorriu-se o frade, e o episódio passou sem mais comentários, porque já era tarde para o almoço eurgia dirigirem-se para a casa da Ponte. O ágape prolongou-se por perto de duas horas, lauto e copioso, naquela tarde do final de Agosto, debaixo de um calor sufocante.

Por último, os numerosos comensais dirigiram-se para o salão de entrada do solar, aonde daí a pouco se ia iniciar a festiva recepção musical e dançante.

Ora o padre Queirós, muito fatigado devido à longa caminhada, às cerimónias da capela e ao começo da digestão do opíparo almoço, anciava por aquele momento para pedir vénia aos donos da casa e iniciar uma repousante sesta.

Junto ao salão havia um quarto de hóspedes e era lá que todos os anos o egresso costumava ficar até à madrugada seguinte à romaria, na qual, logo ao dealbar, regressava à sua Casa da Escalreira, em Formoselos, para evitar a calma durante a jornada de retorno. Pediu portanto vénia e não tardou a ingressar na sua câmara, que a janela semi-cerrada tinha mantido fresca e acolhedora.

Havia nela um leito, alto como um trono, uma destas camas do tempo da Senhora Dona Maria I, feitas em nogueira, ou cerejeira, de cabeceira rectangular e com um dossel coberto de cassa ou de chita de Alcobaça, cujas pregas estavam seguras, do lado da parede, a dois pregos de bronze, nela fixados.

O egresso, encalmado, despiu rapidamente a batina, tirou o cabeção, a camisa e as calças, largou as botifarras e as peúgas de lã branca e ainda hesitou, pensado ficar com a camisola e as ceroulas. Mas o calor era muito e por isso não tardou a achar-se com a mesma falta de indumentária que cobria o nosso venerável pai Adão no Paraíso, antes do pecado original e da mãe Eva ter descoberto a providencial folha de parra...

Entreabriu a roupa da cama, unicamente revestida por finíssimos lençóis de linho caseiro, sobre um dos quais estava estendida uma artística colcha de Limões, e não tardou a enfiar-se com irreprimível delícia naquele verdadeiro paraíso de frescura e de penumbroso silêncio.

Adormeceu rapidamente — que digo eu! — quase instantaneamente. E como o estômago estava pesado e o corpo algo fatigado, não tardou a dormir a sono solto e a sonhar descompassadamente. Todavia logo o assaltou uma sensação desagradável, a qual foi a de que tinha morrido!

Quase imediatamente lhe apareceu o diabo, com a exacta imagem que o egresso tinha contemplado sob os pés de S. Bartolomeu, e que não tardou a dirigir-lhe a seguinte fala:

— Como há bocado foste gentil comigo, deixo-te ir em paz e não te levo para o Inferno. Mas livra-te de passar lá pela porta ou caíres lá de cima cá abaixo, porque então pagas como outro qualquer e ficas sujeito às eternas penas infernais.

Mal o mafarrico acabara de lhe proferir esta semi-amável fala, appareceu-lhe a doce figura do seu anjo da guarda, o qual, com palavras de incitamento, o começou a guiar pelos espaços siderais a caminho do Purgatório, visto que ainda não sabia verdadeiramente qual o immediato rumo da alma do padre Queirós. Mas, com grande satisfação do egresso, este também não era o seu destino. De forma que, por exclusão de partes, era para o Céu que se devia encaminhar verdadeiramente a senda extra-terrena do pregador.

A ascensão foi, contudo, dolorosa e difícil, porque o eclesiástico de Formoselos era bastante pesado e estava fatigadíssimo com as suas andanças desde o dealbar daquelle assinalado dia 24 de Agosto!

Contudo, após bastantes canseiras e auxiliado pela infinita bondade do seu dedicado Anjo da Guarda, o padre João Queirós lá conseguiu chegar à porta do Céu.

Era um portão magnifico, largo e brilhante, todo de bronze e chapeado ou tauxiado com grossos pregos feitos do mesmo metal.

Uma pesada maça, também de bronze, estava solidamente amarrada a uma das saliências do imponente e artístico portão e destinava-se a percutir nas suas almofadas, actuando como se fosse um enorme gongo de chamada ou de aviso.

Por isso, o Anjo da Guarda do padre Queirós, pleno conhecedor dos usos e costumes daquelle mansão celeste, fez soar gravemente três pancadas, com a maça que retirara do seu habitual descanso.

Poucos momentos depois um tímido querubim assomou a um pequeno postigo praticado na parte superior do portão e perguntou ao Anjo da Guarda se ele porventura queria entrar. Todavia este respondeu-lhe:

— Quero, mas acompanhado com o padre João Queirós, de Formoselos, Portugal, de cuja alma sou protector.

Ouviu-se então um ligeiro sussurro, e, momentos depois, assomou ao postigo a própria vera efígie de Senhor São Pedro, detentor das chaves do Céu, o qual declarou peremptoriamente:

— Claro que o padre João Gonçalves de Magalhães Queirós, de Formoselos, Portugal, pode entrar, visto que tem aqui o seu lugar há muito reservado. Mas somente com a condição de trazer em ordem os seus papéis eclesiásticos, ou sejam as respectivas «demissórias» passadas pelo Senhor Arcebispo de Braga. Sem cumprir tal formalidade é impossível e impensável pôr cá dentro os pés!

A face triste e cansada do Anjo da Guarda do egresso — o qual durante todo este tempo permanecia contrito e com dificuldade agarrado a um dos pregos de bronze da porta do Céu — disse-lhe:

— Agora, em face deste inesperado contratempo, só se tu aqui esperares, enquanto eu vou o mais breve possível a Braga, a ver se consigo trazer da Câmara Eclesiástica as almejadas «demissórias»!

Colocado perante tão cruel mas inflexível alternativa, que havia de fazer o pobre padre Queirós de Formoselos, senão concordar e esperar resignadamente que o seu expedito e providencial Anjo da Guarda regresasse da sua inesperada e intempestiva viagem à Roma Portuguesa.

Mas o caso é que o tempo foi passando, foram-se acumulando as horas de espera e até à mais longínqua fímbrea do horizonte não se divisava nem sombra do Anjo da Guarda, de regresso após a salvadora missão de resgate das imprescindíveis «demissórias» do padre Queirós.

Entretanto, do salão contíguo ao quarto em que o egresso de Formoselos sofria as tristes agonias do seu absurdo pesadelo, evolavam-se harmonias suavíssimas, percutidas nos diversos instrumentos de corda e nas teclas do cravo por aquela ignorada e sertaneja academia de amadores musicais.

E ao mavioso som das suas composições, a parte mais jovem da selecta assistência que naquela festiva tarde se reunira na Casa da Ponte, dançava contra-danças, polcas e mazurcas, com verdadeiro garbo, apesar da grande calma que fazia!

Inteiramente adormecido, como estava, ressonando alto e estentoricamente, não podia o egresso ouvir a suave melodia do salão, nem tão pouco a vizinha assistência daquela reunião,

prescutar o angustioso drama psíquico que se desenrolava no sub-consciente do clérigo.

E o caso é que o pesado e forte prego de bronze, mau grado a sua resistência, se ia dolmando progressivamente, mercê do enorme peso que suportava, porque o egresso atingia na balança decimal passante dos cem quilos!... E era com crescente terror que o padre Queirós, espreitando para os despenhadeiros, que se vislumbavam a seus pés do alto do seu improvisado observatório, via lá no fundo do abismo o patife do demónio, matutidamente subjugado pelo S. Bartolomeu, mas agora já outra vez inteiramente livre e ainda com uma flor entre os dentes, fazer-lhe negaças e exclamar numa voz rouca este seu torpe convite:

— Anda para cá, para o pé de mim, egresso, que te ponho aqui, muito quentinho, junto à caldeira de Pero Botelho!

Era demais!

Ao ouvir estas frases tão escarninhas e motejadoras da sua triste posição, o frade deu mais um forte puxão ao corpo e caiu abaixo da cama, com grande estrondo, mas sempre agarrado ao prego — este real e não imaginado! — o qual estivera cravado na parede do quarto e servira para prender as fitas do dossel...

Momentos depois ergueu-se, e, ainda meio desvairado e inteiramente nu, abriu violentamente a porta que do seu quarto dava para o salão, precipitando-se para o meio do baile, a gritar, de punho em riste:

— O prego! O prego partiu-se! Caí no Inferno! Caí no Inferno!

Foi um escândalo e um tumulto... E nunca mais o Egresso de Formoselos, padre João Gonçalves de Magalhães Queirós, caiu na alhada de colocar uma flor na boca do diabo! E muito menos de ir pregar à capela da Casa da Ponte de Cavês, o sermão de S. Bartolomeu, exactamente a 24 de Agosto, dia em que o mafarrico anda à solta!...



Até aqui a versão fundamentalmente fiel da famosa «História do Prego», que bastantes vezes ouvi contar a meu saudoso Pai, na minha meninice. Seria verdadeira? Ignoro-o inteira-

mente. Mas é pelo menos plausível que tenha o seu fundo, ou cunho, de autenticidade!

Todavia, verosímil ou não, é sem dúvida bem imaginada e foi uma lástima que ainda não tivesse sucedido, ou estivesse divulgada, no decurso daqueles quase três anos (1840-1843) em que Camilo viveu por estas paragens. Porque, que grande e hilariante conto ele não teria efabulado com ela?!



E aqui têm os meus poucos leitores a razão por eu, de cada vez que adregava cruzar a famosa ponte de Cavês, lançada sobre o Tâmega e que simultaneamente separa e une o Entre-Douro-e-Minho e Trás-os-Montes, e olhava rapidamente para os seus medievais e imponentes talhamares, suspirava com melancólica resignação.

Pude agora juntar disposição e lazeres para, embora num mal esboçado esboço como este, dizer de minha justiça e contar tudo o que sei a seu respeito e se foi insensivelmente acumulando na minha memória acerca do seu largo passado. É portanto tempo de, reparada a involuntária falta, fechar este modesto ensaio com um cristianíssimo

Finis Laus Deo!

António Canavarro de Valladares